

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

CLAUDIANE RIBEIRO

**TRABALHO E CIÊNCIA PARA ALÉM DO CURRÍCULO LATTES:
VIVÊNCIAS E NARRATIVAS DE DOCENTES PESQUISADORAS NO CONTEXTO
DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA
FEDERAL DO PARANÁ, CAMPUS CURITIBA-PR**

CURITIBA

2023

CLAUDIANE RIBEIRO

**TRABALHO E CIÊNCIA PARA ALÉM DO CURRÍCULO LATTES:
VIVÊNCIAS E NARRATIVAS DE DOCENTES PESQUISADORAS NO CONTEXTO
DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA
FEDERAL DO PARANÁ, CAMPUS CURITIBA-PR**

**WORK AND SCIENCE BEYOND THE LATTES CURRICULUM:
EXPERIENCES AND NARRATIVES OF TEACHER-RESEARCHERS IN THE
CONTEXT OF POST-GRADUATE PROGRAMS AT THE UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ-UTFPR, CAMPUS CURITIBA-PR**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador(a): Giovanna Pezarico.

CURITIBA

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba



CLAUDIANE RIBEIRO

**TRABALHO E CIÊNCIA PARA ALÉM DO CURRÍCULO LATTES: VIVÊNCIAS E NARRATIVAS DE
DOCENTES PESQUISADORAS NO CONTEXTO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, CAMPUS CURITIBA-PR**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Organizações E Tecnologia.

Data de aprovação: 11 de Outubro de 2023

Dra. Giovanna Pezarico, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Cintia De Souza Batista Tortato, Doutorado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (Ifpr)

Dra. Georgiana Luna Batinga, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 31/01/2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às docentes dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu que receberam o convite de participação da presente pesquisa e não mediram esforços para me acolher e narrar suas trajetórias no âmbito da ciência. Os relatos são inspirações para uma jovem pesquisadora!

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –, pela bolsa de fomento durante seis meses, tempo essencial para dar continuidade nesta pesquisa.

À UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – e ao Programa de Pós-Graduação de Administração do Campus Curitiba, pelas experiências diante da ciência, com várias reflexões e diversos diálogos entre colegas e mestres, que foram essenciais para a minha trajetória como pesquisadora.

À Profa. Dra. Giovanna Pezarico, pelas suas contribuições durante a caminhada, pelas nossas conversas no DAGEE, sua acolhida e seu tratar humanizado. Pela sua inspiração como pesquisadora e mulher na minha trajetória profissional e pessoal. Você é um ser de luz.

Às professoras doutoras Cintia e Georgiana, por compartilharem seus saberes e por aceitarem de participar da minha banca. Uma banca formada por mulheres inteligentes e inspiradoras

Aos meus amigos e às minhas amigas, que permaneceram ao meu lado mesmo com as ausências. Especialmente, à minha eterna supervisora de estágio de graduação, Ana Silvia, bem como, Jaqueline, Fátima e Daiani.

Também agradeço pelas amigas que ganhei como Residente Técnica na Coordenação da Política de Pessoa com Deficiência-CPCD/SEDEF, Herica e Margarete. Obrigada por cada palavra de apoio.

Aos meus familiares, que sempre me colocaram em suas orações. Agradeço à minha mãe pelas orações e pela compreensão das minhas ausências. Obrigada Josinha (irmã), por sempre lembrar meu processo histórico e dizer que eu consigo sair da minha realidade e conquistar os meus sonhos. Estou voltando mãe e Josi, para fazer aquela roda de chimarrão e prosear.

Ao meu parceiro, Herico, por abdicar de certos hobbies e compreender as minhas ausências. E, sim, você também é capaz de produzir uma dissertação!

Ao Deus que creio, agradeço por me iluminar e me acalmar nas crises de

ansiedade, por sussurrar no meu ouvido e dizer “você é capaz”.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

APRESENTAÇÃO

Realizar uma pesquisa sobre as narrativas e vivências das pesquisadoras para além do que é produzido e registrado no Currículo Lattes implica considerar suas subjetividades, seus prazeres e enfrentamentos. Como pesquisadora, também faço parte desse núcleo de mulheres na Ciência e apresento a vocês, leitores, a justificativa em buscar escrever, analisar e compreender as experiências vividas por essas mulheres. Para isso, é necessário relembrar o meu processo histórico como sujeito, ao longo dos vinte e cinco anos de idade. Não considero algo fácil, mas é importante destacar certos pontos da minha vida que me motivam a ser pesquisadora sobre as desigualdades de gênero e suas intersecções na nossa sociedade.

Pois bem, atualmente, sou uma mulher formada em Serviço Social, como bolsista do PROUNI, dona de casa e pesquisadora. Vim de uma família humilde. Filha de uma mãe solo e com uma irmã mais nova. Quando criança, percebia as dificuldades que minha mãe, irmã e eu passávamos, mas não compreendia como um abandono afetivo paterno podia trazer consequências psíquicas e físicas, por negar suas responsabilidades como pai. Deste modo, minha mãe trabalhava como doméstica em outra cidade distante e era a responsável pela saúde e educação escolar das filhas, embora ela não soubesse escrever muito bem, além do trabalho doméstico. Ela se encontrava extremamente sobrecarregada, de segunda a segunda.

Quando cheguei aos meus 18 anos, ocorreu o momento de escolher o curso para ingressar na Educação Superior. Com certas dificuldades no processo do ENEM, optei por Serviço Social, pois sabia que esse curso mudaria a vida das pessoas. Contudo, eu não sabia que justamente esse curso poderia mudar a minha vida também. Logo, quando entrei no Serviço Social, compreendi certos termos que durante a minha vida eu desconhecia, como a violência e os seus tipos, na qual também havia experienciado durante a minha infância e adolescência.

A partir de então, debruicei-me em pesquisas sobre questões de gênero, violência, racismo, movimento feminista. Percebi que certos fenômenos ocorrem de forma estruturada socialmente, muitas naturalizadas e culturalmente arraigadas na nossa sociedade. Tais dinâmicas também auxiliaram a compreender como o modo de produção capitalista contribui intencionalmente para a promoção dessas

intersecções. Deste modo, o meu projeto de intervenção no período da faculdade foi a realização de uma exposição, para os usuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, sobre direitos conquistados pelas mulheres ao longo dos anos. O tema do meu TCC foi um estudo sobre a violência contra a mulheres no período da pandemia do Coronavírus, em especial, os casos atendidos pelo CREAS na cidade de Piraquara-PR.

Deste modo, em diálogo com a orientadora, sobre os interesses de pesquisa que particularmente possuo, e percorrendo a trajetória de pesquisadora do mestrado, escolhi por abordar temas relacionados a trajetórias profissionais, jornadas de trabalho, ciência. Optei pela universidade pública como campo de pesquisa.

Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras
e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha
um poema.
E viverás no coração dos jovens
e na memória das gerações que hão de vir.
Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
Toma a tua parte.
Vem a estas páginas
e não entres seu uso
aos que têm sede.

Aninha e Suas Pedras – Cora Carolina

RESUMO

O presente estudo analisou as vivências e narrativas de docentes pesquisadoras a partir dos diálogos entre trabalho e ciência. Tais elementos, que se estabelecem em campos interdisciplinares, se encontram também presentes no campo do saber dos Estudos Organizacionais. Deste modo, busca-se analisar as vivências e narrativas de docentes pesquisadoras que atuam em Programas Stricto Sensu da UTFPR-Câmpus Curitiba, considerando-a uma organização singular, tendo em vista ser a única Universidade Tecnológica no Brasil, que possui cursos historicamente apropriados pelo masculino. É importante ressaltar que, além das singularidades do espaço universitário, elas percorrem caminhos com atribuições profissionais constituídas socialmente, historicamente e culturalmente, como as várias jornadas de trabalho, tanto o trabalho formal, como o doméstico e o cuidado com os filhos e familiares. A designação de várias atividades repercutiu em dinâmicas oportunas de investigação e que dialogam com aspectos relacionados às condições de trabalho, saúde física e mental, que, por vezes, são naturalizadas no bojo da sociedade contemporânea. Para alcançar o objetivo, foram necessárias análises estabelecidas a partir de autoras clássicas e contemporâneas, como Londa Schienbinger, Heleieth I.B. Saffioti, Margareth Rago, Helena Hirata, Nadia Kovaleski, Nanci Stancki. Algumas delas trazem as mudanças sociais e culturais da sociedade a partir da Revolução Industrial e as problematizações acerca dos processos de vulnerabilidades e desigualdades em torno das mulheres. As referências teóricas subsidiaram o estudo realizado com as docentes/pesquisadoras, que compõem os corpos docentes de Programas de Pós-Graduação da UTFPR – Câmpus Curitiba. Para tanto, o estudo se estabeleceu a partir da abordagem qualitativa, de campo e com subsídio documental, por buscar analisar narrativas e vivências, portanto, com aspectos atinentes às subjetividades e aos significados transbordantes. Deste modo, foi realizada pesquisa de campo, utilizando como instrumento de coleta de dados análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. As análises de dados foram orientadas pela Análise de Conteúdo, com categorias a priori: a) as trajetórias de inserção no Stricto Sensu; b) vivências no contexto da pós-graduação brasileira e as relações entre vida pessoal e trabalho. Diante da pesquisa de campo desenvolvida e, posteriormente, com a análise de dados, percebeu-se que as trajetórias no âmbito da ciência foram mediadas por familiares e docentes que integraram suas trajetórias. Do mesmo modo, os relatos indicam narrativas de resistência e constituição de espaços no âmbito da pesquisa, especialmente pela necessidade de permanente conciliação entre a o contexto das demandas profissionais e pessoais.

Palavras-chave: Pós-Graduação; Trabalho; Ciência; Mulheres.

ABSTRACT

The present study analyzed the experiences and narratives of research professors based on the dialogues between work and science. Such elements, which are established in interdisciplinary fields, are also present in the field of knowledge of Organizational Studies. In this way, we seek to analyze the experiences and narratives of research professors who work in *Stricto Sensu* Programs at UTFPR-Câmpus Curitiba, considering it a unique organization, considering it is the only Technological University in Brazil, which has courses historically appropriated by the masculine. It is important to note that in addition to the singularities of the university space, they follow paths with socially, historically and culturally constituted professional responsibilities, such as the various working hours, both formal and domestic work and care for children and family members. The designation of several activities resulted in timely research dynamics that dialogue with aspects related to working conditions, physical and mental health, which are sometimes naturalized within contemporary society. To achieve the objective, analyzes established from classic and contemporary authors were necessary, such as Londa Schienbinger, Heleieth I.B. Saffioti, Margareth Rago, Helena Hirata, Nadia Kovaleski, Nanci Stancki, among others, in which some bring the social and cultural changes of society since the Industrial Revolution and problematizations about the processes of vulnerability and inequalities surrounding women. Theoretical references supported the study carried out with the teachers/researchers who make up the faculty of Postgraduate Programs at UTFPR – Campus Curitiba. To this end, the study was established based on a qualitative, field approach and with documentary support, as it seeks to analyze narratives and experiences, therefore, with aspects related to subjectivities and overflowing meanings. In this way, field research was carried out, using document analysis and semi-structured interviews as data collection instruments. Data analyzes were guided by Content Analysis, with a priori categories: a) the insertion trajectories in *Stricto Sensu*; b) experiences in the context of Brazilian postgraduate studies and the relationships between personal life and work. In view of the field research developed and subsequently with data analysis, it was noticed that the trajectories in the field of science were mediated by family members and teachers who were part of their trajectories. Likewise, the reports indicate narratives of resistance and the creation of spaces within the scope of research, especially due to the need for permanent reconciliation between the context of professional and personal demands.

Keywords: Postgraduate; Work; Science; Women.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação de mulheres e homens discentes em Programas de Pós-Graduação por grande área de conhecimento (2013-2020).....	26
Gráfico 2 – Os 20 maiores cursos em número de matrículas de graduação e os respectivos percentuais de participação, por sexo – Brasil – 2020.....	27
Gráfico 3 – Cargos gerenciais, por sexo, segundo os grupos de idade e cor ou raça (%)	28
Gráfico 4 – Discentes em Programas de Pós-Graduação stricto sensu: participação de mulheres e homens (2004-2020)	29
Gráfico 5 – Distribuição de docentes: mulheres e homens em Programas de Pós-Graduação stricto sensu (2004-2020)	30
Gráfico 6 – Docentes em todo o Ensino Superior no Brasil.....	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Registro dos 29 participantes da quinta edição da Conferência de Solvay, realizada em Bruxelas, Bélgica, em 1927	41
Figura 2 – Proporção de mulheres e homens na educação superior e pesquisa, média mundial	45
Figura 3 – Fachada da UTFPR - Campus Curitiba – Sede Centro.	47
Figura 4 – Sala de aula do 3º ano da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná em 1910	47
Figura 5 – Capa da revista Vida Doméstica, que exaltava a maternidade a cada edição	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PPG's	Programa de Pós-Graduação
STEM	Science, Technology, Engineering and Mathematics
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual De Campinas
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problema de pesquisa	19
1.2 Objetivos da pesquisa	25
1.2.1 Objetivo geral	25
1.2.2 Objetivos específicos.....	25
1.3 Justificativa teórica e prática	26
2 SOBRE AS ANCORAGENS TEÓRICAS	33
2.1 As mulheres e os diálogos com a categoria trabalho	33
2.2 Divisão sexual do trabalho	38
2.3 Mulheres e ciência	40
2.4 Trajetórias históricas da UTFPR de Curitiba e a presença de mulheres docentes	46
3. PERCURSO METODOLÓGICO	53
3.1 Sobre o Desenho da Pesquisa e as Relações com a Problemática	53
3.2 Sobre as docentes pesquisadoras e critérios de inclusão	53
3.3 Procedimento de coleta de dados	55
3.4 Análise dos dados	55
4 SOBRE A ANÁLISE E DADOS: APROXIMAÇÕES COM O CAMPO DE PESQUISA	57
4.1 Trajetórias de Inserção no Âmbito da Pós-Graduação Stricto Sensu	58
4.2 Vivências no contexto da Pós-Graduação brasileira e a relação vida pessoal e trabalho	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	91
APÊNDICE B – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO A SER UTILIZADO NO ESTUDO	95

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como pano de fundo os temas Trabalho e Ciência. De forma mais específica, visa analisar vivências e narrativas de docentes pesquisadoras atuantes na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba – PR. Contudo, ao iniciar o presente estudo, é decisivo indicar alguns aspectos importantes de sua constituição e de seu nascedouro. Isso significa assumir posicionamentos intencionais sobre diálogos de saberes e olhares interdisciplinares. Tal circunstância se justifica na medida em que o estudo é conduzido por uma pesquisadora que se inseriu, inicialmente, na academia pela via do Serviço Social, mas que se percebe também como pesquisadora, ao longo de trajetória acadêmica no âmbito do *Stricto Sensu*, por meio de um Programa de Pós-Graduação em Administração. De certa forma, é importante considerar que o presente estudo poderia emergir e ser desenvolvido a partir de diversas lentes e ancoragens, diversas áreas, mas importa reforçar que sua vinculação, feitura e tecitura se mostram dialógicas com o campo dos Estudos Organizacionais e, especialmente, da relação entre gestão, tecnologia e trabalho.

É a partir deste contexto que o estudo encontrou terrenos férteis para estabelecer pontes entre tecnologias e organizações, também mediadas pelo trabalho. O interesse pelo trabalho de pesquisadoras docentes do *Stricto Sensu* se mostrou instigante. Assim, a temática de pesquisa foi burilada a partir de discussões que envolveram as relações entre tecnologia e sociedade, teorias organizacionais, trabalho e subjetividade, em diálogo com as perspectivas da ciência e de gênero que despontaram como elementos caros para o estudo desenvolvido.

Estabelecido este pequeno preâmbulo, reforça-se a noção de que, diante das literaturas verificadas, percebe-se que os temas trabalho, assimetrias e ciência estão inseridos em vários campos de estudo, inclusive no campo da Administração. É a partir deste campo de saber que abrange o programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR. Este programa analisa as relações de trabalho, tecnologia e organizações. É a partir de tal possibilidade que se intenciona analisar a Universidade como uma organização¹

1 A filósofa Marilena Chauí entende que a universidade já foi uma instituição, todavia, houve uma transformação no decorrer do tempo, na qual se tornou uma organização e isso se sucedeu pela mudança do capital. A universidade é uma organização, atualmente, por ter uma ideia e prática

portadora de singularidades. Ao considerá-la como organização singular, verifica-se seu papel histórico como organização repleta de contradições ao produzir e legitimar saberes, portanto, atravessada por relações de poder-saber que produzem e reproduzem as assimetrias, as desigualdades e os pressupostos orientadores da racionalidade hegemônica presentes em outros loci da sociedade. Por sua vez, é também a universidade espaço de provocação, tensionamentos, enfrentamentos e resistências, que mostram que tais processos não se dão livres de oposições.

Deste modo, tais questões também são percebidas como análises possíveis e de grande relevância quando se possui como lócus uma universidade tecnológica, especializada por campo do saber. Há, ainda, um elemento de caracterização oportuno, porquanto se trata de uma organização que possui 113 anos de existência, marcada pelas racionalidades da educação profissional e tecnológica, cuja transformação em universidade ocorre apenas no ano de 2005 (UTFPR, 2022). Logo, este estudo se debruça, especificamente, sobre as vivências e narrativas de mulheres, cujas interações podem encontrar elementos representativos das históricas relações entre gênero e trabalho na ciência. Isso inclui a consideração de aspectos históricos do patriarcado, que também foram orientadores das constituições dos espaços de produção e reprodução do conhecimento científico. Significa, desse modo, abordar espaços constituídos a partir de contextos excludentes ou de invisibilidade no que diz respeito ao âmbito do trabalho feminino, por exemplo. Assim, verifica-se que a universidade não é única portadora de tal singularidade, e, sim, que possui especificidades, porque também se utiliza dos recursos de poder atribuídos ao conhecimento científico e à ciência como espaço de hierarquização, de diferenciação, dos embates históricos entre o domínio da técnica e domínio do mundo.

Análises anteriormente realizadas auxiliam na compreensão da complexidade deste objeto de investigação. Exemplo disso são os estudos de Nadia Kowaleski (2013) para sua tese de doutorado, que indicavam elementos instigantes sobre as relações de gêneros entre docentes em programa de pós-graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR e a Universidade Tecnológica de Compiègne, na França. A pesquisadora expõe que, apesar do aumento gradual

do ingresso das mulheres na UTFPR desde sua gênese, a participação feminina na universidade tecnológica ainda é menor que em outras instituições. Do mesmo modo, o estudo trouxe contribuições importantes ao problematizar que a maioria das docentes inseridas estavam vinculadas às áreas de conhecimento tradicionalmente atreladas às atuações femininas, como Desenho, Química/Biologia e Comunicação/Expressão. Outro ponto importante, a partir das sínteses produzidas pela autora, dizem respeito ao fato de que apesar das mulheres estarem ocupando esses espaços como docentes, muitas de suas trajetórias indicavam conviver com o fenômeno denominado “teto de vidro”².

Os estudos da autora estimularam ainda mais em querer compreender as relações de gênero com a ciência e tecnologia de forma histórica e também atrelada ao contexto contemporâneo da universidade, a partir dos espaços privilegiados de produção do conhecimento, qual seja o espaço do *Stricto Sensu*, representados pelos Programas de Pós-Graduação a partir dos Cursos de Mestrado e Doutorado. É relevante apontar que se optou em escolher este público, levando em consideração as precauções teórico-metodológicas necessárias para o estabelecimento de recortes coerentes com as condições de efetivo aprofundamento, bem como pela postura comprometida com as possibilidades e os limites estabelecidos pelos diversos espaços de fala. Do mesmo modo, não se intencionou analisar a instituição, mas, sim, privilegiar as trajetórias das docentes integrantes dos quadros da pós-graduação brasileira. Assim, compreende-se que as discussões em torno dos estudos de gênero possuem suas complexidades cujas teorias são vastas e pelos contextos heterogêneos que envolvem os estudos LGBTQIAP+³.

Ainda, é importante ressaltar que as próprias concepções em torno das ideias sobre mulheres também não são percebidas como homogêneas, tampouco

² “O conceito teto de vidro foi introduzido na década de 1980 nos Estados Unidos para escrever uma barreira que, apesar de sutil, é suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos na hierarquia organizacional” (Miranda, 2006, p. 58).

³ Na década de 1980, a sigla que identificava o movimento era GLS, uma referência a gays, lésbicas e simpatizantes. Nos anos 90, passou a ser GLBT, com a inclusão de bissexuais e pessoas trans. Como a representatividade dos homens gays sempre foi mais evidente, protagonizando o movimento da comunidade, fez-se necessária a alteração para LGBT, com o L encabeçando a sigla e dando mais visibilidade às mulheres lésbicas. Atualmente, novos termos foram incluídos e passou-se à denominação LGBTQIAP+” (Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transexuais, Transgêneros, Travestis; Queer; Intersexo; Assexual; Pansexualidade; + demais orientações sexuais e identidades de gênero) (Reis, 2018).

suas relações com o trabalho. Deste modo, apesar do estudo partir de um recorte histórico da inserção das mulheres a partir da Revolução Industrial, não se descuida de compreender que as mulheres estão inseridas no contexto do trabalho em todos os momentos históricos. Nesse sentido, há que se reafirmar o trabalho feminino no contexto doméstico, em grande parte invisibilizado ou, ainda, no bojo dos processos de intersecção, a partir das relações estabelecidas entre raça, classe e gênero, que foram determinantes para os processos que escravizaram também as mulheres e que, historicamente, estiveram atreladas ao trabalho em condições precárias.

A opção que se faz em torno da Revolução Industrial como um dos marcos significativos de análise das mulheres no contexto do trabalho está alicerçada sob a consolidação do sistema de fábricas. Essa perspectiva considera a associação entre tecnologia e ciência no processo produtivo, além das repercussões do trabalho especializado, impulsionado pelas inovações tecnológicas da época, e os movimentos relativos à força de trabalho e racionalidade da especialização. Essas demandas também provocaram efeitos, sendo as mulheres, muitas vezes, marginalizadas e impedidas de ocupar espaços privilegiados da sociedade, como os espaços acadêmicos⁴. Neste contexto, a entrada delas na educação também ocorreu de forma gradativa, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, sendo a maioria com vínculos em cursos que tinha como referência o cuidado. A inserção das mulheres nessas áreas ocorreu especialmente após a Revolução Industrial, momento em que as mulheres, além de cuidarem dos filhos e do lar, tornaram-se assalariadas. A condição das mulheres nas sociedades de classes fez com que elas se ausentassem mais do trabalho que os homens, seja para cuidar do marido e dos filhos, seja para interromper o exercício profissional devido à maternidade (Saffioti, 1987).

Como consequência desses marcos, atualmente, as mulheres ocupam cursos principalmente vinculados ao cuidado, além de enfrentarem certas dificuldades em dar continuidade nos estudos como pesquisadoras por possuírem responsabilidades tanto no trabalho formal como no doméstico, com os filhos ou com cuidados com a família. Além disso, como docentes pesquisadoras, existe a preocupação além de ministrar as aulas das disciplinas, como também em relação a

⁴ Dados de 2017, como informa a diretora da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), já davam conta de mais de 62 milhões de garotas por todo o mundo sem o direito à educação respeitado.

entrega de pesquisas, planejamento de aulas, recursos financeiros, sistemas de avaliação.

Por esses fatos, o recorte teórico e metodológico considerará as mulheres na ciência historicamente e os desafios destas na contemporaneidade como docentes pesquisadoras nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu na UTFPR de Curitiba-PR.

1.1 Problema de pesquisa

Pesquisar sobre as mulheres no âmbito do trabalho e ciência é um desafio a ser encarado principalmente na perspectiva epistemológica que mescla elementos concretos, materiais e simbólicos. Tal perspectiva implica em assumir que, além de observar o mundo de forma crítica, é necessário: “compreender os fenômenos da natureza e da vida social (objetivos e subjetivos)” (Faria, 2022, p. 327).

Antes de iniciar a discussão sobre as mulheres na ciência e o trabalho é importante destacar que existem várias tensões relacionadas a esse tema, pois, em muitas literaturas, verifica-se maior visualização do contexto europeu como uma referência dos movimentos feministas e a luta por direitos, literaturas essas que não realizam um recorte ou não especificam a intersecção entre raça e classe. Ainda, é possível perceber maior publicização dos estudos sobre o tema a partir das primeiras mulheres a se movimentarem em busca do acesso à educação, principalmente mulheres europeias, brancas e burguesas. Por isso, é importante destacar que, devido aos processos da colonialidade, tanto em outros continentes quanto no Brasil, existem particularidades nas formas pelas quais mulheres foram excluídas do sistema escolar, sejam elas brancas, pardas, negras ou indígenas. Movimentos de resistência de mulheres também são verificados no contexto brasileiro, indicando formas de embates e enfrentamentos, muitas vezes, excluídos da História eurocentrada. Alguns relatos são indicativos de tais manifestações:

A autora Arilda Ribeiro afirma ter encontrado registros de que Catarina Paraguassu, também conhecida como Madalena Caramuru, teria sido não apenas a primeira indígena, mas a primeira mulher a aprender a ler e a escrever, tendo feito uma carta de próprio punho ao padre Manoel de Nóbrega em 1561 (Fernandes, 2019, s/p).

Foi apenas com a Lei Geral de 15 de outubro de 1827 que as meninas tiveram o direito de participar do ensino primário, com distinção de disciplinas

relativas ao currículo estabelecido para os meninos. Enquanto o processo formativo destes incluía aulas consideradas de desenvolvimento racional, como a geometria, para as meninas eram destinadas disciplinas voltadas para os afazeres domésticos (Fernandes, 2019).

Esse preâmbulo é necessário, pois ajuda a problematizar e indicar os aspectos históricos do Brasil e de suas influências estabelecidas pela colonialidade e pelos olhares ocidentais e europeizados. As consequências são percebidas até os dias atuais. Dessa forma, busca-se analisar as vivências e as narrativas das docentes pesquisadoras no contexto do trabalho das cientistas na universidade, especialmente na UTFPR, por três motivos. O primeiro implica em verificar a relação entre o trabalho da docência e da pesquisa no âmbito das imbricações com o trabalho doméstico e do cuidado familiar. O segundo motivo é por elas estarem inseridas em uma universidade tradicionalmente designada para o público masculino, porque os cursos vinculados à Educação Profissional e Tecnológica, bem como, das Ciências Exatas, historicamente, estiveram atrelados ao masculino. Historicamente, a inserção e a entrada das mulheres nesses cursos se deram de forma tardia. O terceiro motivo é a existência de assimetrias no espaço da ciência, em que há cobranças da instituição, de agências de fomento e de organização da Pós-Graduação brasileira que, numa primeira hipótese, podem repercutir de modos distintos entre homens e mulheres. É oportuno reconhecer que, atualmente, existem homens que realizam mais de uma jornada de trabalho, que também consideram o exercício da paternidade. Porém, pensando a partir das lentes históricas, as mulheres estão nesse meio de forma naturalizada e que, em certas circunstâncias, não repercutem em reflexões e indagação dessas jornadas ou exigências. Quando existem as manifestações, são muitas vezes contestadas com discursos sexistas, como, por exemplo, o mito do amor eterno⁵.

Deste modo, certas indagações permeiam o estudo, como, por exemplo: de que modo as cientistas mulheres organizam/realizam suas demandas institucionais e particulares? De que formas estabelecem ou encontram condições para o planejamento do trabalho? Elas sentem certas frustrações tanto no meio da

⁵ O amor materno é algo construído socialmente e seus discursos são reproduzidos historicamente a fim de apoiar o sistema patriarcal. De acordo com Bardinter (1980, p. 365): “ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações”.

pesquisa como na família? Elas sentem que precisam se esforçar mais que os homens? Como são percebidas as pressões da comunidade e de órgãos reguladores da produção do conhecimento científico? Quem são as suas redes de apoio? Essas e tantas outras questões foram surgindo no decorrer da pesquisa, sendo analisadas na pesquisa de campo.

Antes de mostrar nesta sessão as teorias que dão base para as inquietações acima levantadas, é importante também esclarecer que escrever sobre a categoria trabalho impõe realizar algumas considerações sobre seus pressupostos orientadores, tendo em vista sua perspectiva polissêmica. Assim, o ato de trabalhar remete a compreendê-lo como atividade orientada para um fim. Deste modo, o sujeito se apropria de elementos naturais a fim de satisfazer as necessidades humanas, havendo uma relação entre a natureza e humanidade. Nesse sentido, em relação ao trabalho no modo de produção capitalista, são características assumidas para o presente estudo: I- “O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho” (...); II- “o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto do trabalhador” (Marx, 2013, p. 336). Portanto, neste sistema, o trabalhador não controla suas atividades e o produto não o pertence: o sujeito deixa de fazer para si mesmo/a.

Tal perspectiva auxilia a compreender, no bojo da Revolução Industrial, o design orientador do desenvolvimento tecnológico e as transformações em relação ao trabalho, modificando, inclusive, os papéis sexuais e familiares. Naquele contexto de mundo de trabalho industrializado, as mulheres das camadas sociais que se dedicavam na produção de bens e serviços estavam inseridas no trabalho antes mesmo da ascensão do sistema, como nos “campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas” (Saffioti, 1987, p. 7). As mulheres desempenhavam suas atividades também como sentidos para as suas vidas.

Com a ascensão do capitalismo e do sistema de fábricas, as mulheres em certas camadas sociais foram afetadas diretamente e bruscamente com o desenvolvimento de uma maquinaria complexa e cara, que provocou fragilidades na produção doméstica, na qual elas fabricavam no âmbito familiar o que necessitavam. Nas cidades, em “1882, 5,5 milhões das 23 milhões de mulheres e meninas na Alemanha estavam totalmente desempregadas, um quarto da população feminina não encontrava mais seu meio de vida na família” (Zetkin, 2002, s/p). As mulheres

nas diversas classes sociais foram atingidas de formas distintas com essas mudanças na sociedade. A autora Zetkin, em sua obra “Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso” (2002, s/p), explora três categorias distintas de mulheres na sociedade: as proletárias, as mulheres da burguesia e, com menos aprofundamento, as mulheres da intelectualidade.

As mulheres proletárias eram subordinadas aos seus companheiros no bojo da família. Com a chegada do sistema, necessitam ir ao trabalho, porquanto o salário apenas do marido não conseguia suprir as necessidades da família. Ao mesmo tempo, elas encontram maiores oportunidades de terem maiores autonomias (Zetkin, 2002). Na realidade, percebe-se que a mulher deixou de ser escrava do marido e se tornou do sistema, uma força de trabalho barata e, acima de tudo, numa perspectiva de um contingente submisso (Zetkin, 2002).

Para a burguesia intelectual, o sistema capitalista acabou facilitando o fenômeno em que as posições intelectuais, até então de respeito, fossem se deteriorando. Isso porque, naquele período, havia uma “força de trabalho inteligente e treinada cientificamente”, fazendo com que houvesse “uma super produção de trabalhadores cientificamente qualificados” (Zetkin, 2002, s/p), não sendo tão limitado como antes.

Por sua vez, as mulheres da burguesia e da intelectualidade são cooptadas à sociedade capitalista, pois, no âmbito da burguesia, os números de mulheres solteiras crescem. Um dos motivos apontados pela autora diz respeito ao maior tempo concedido aos homens em construir uma família e menores pressões sobre o casamento. “Então, dentro dos círculos da burguesia o número de mulheres solteiras sempre cresce” (Zetkin, 2002, s/p).

Nesse sentido, as mulheres e filhas destes círculos necessitam estabelecer seu sustento e qualidade de vida, na medida em que, diante desta realidade, elas não possuem igualdade em relação aos homens. Na tentativa de garantirem uma igualdade econômica, elas necessitam de duas demandas: “A demanda por treinamento profissional igualitário e a demanda por oportunidades iguais de trabalho para ambos os sexos” (Zetkin, 2002, s/p). Entretanto, o que se verifica é muito mais o receio e as estratégias concretas e simbólicas de reserva de mercado em favor dos homens, tendo em vista a competição dessas mulheres no meio econômico. Para a autora, tal processo foi profícuo na constituição de teorias que desqualificam as mulheres, como “o cérebro feminino ser menor e a tendência

natural das mulheres a serem mães” (Zetkin, 2002, s/p).

A elaboração perversa sobre o cérebro das mulheres serem mais leves que o dos homens e, por extensão, serem menos inteligentes é um discurso realizado por cientistas, sendo criticado por Gardener em um discurso intitulado “Sex in Brain” (Sexo no Cérebro) na convenção do Conselho Internacional de Mulheres em Washington, D.C., no ano de 1888. Um dos cientistas mais famosos a sugerir isso foi William Alexander Hammond, ex-cirurgião geral do Exército dos Estados Unidos e um dos fundadores da Associação Norte-Americana de Neurologia (Saini, 2018).

Outros cientistas colaboraram para a marginalização das mulheres em relação à capacidade intelectual e física, assim contribuindo para a divisão sexual do trabalho (Saini, 2018). As hierarquizações entre o masculino e o feminino foram fundamentais para se estabelecer a divisão sexual do trabalho, termo que se alçou a partir dos movimentos feministas no início dos anos de 1970 na França (Hirata; Kergoat, 2007). Os estudos em relação à divisão sexual do trabalho apontaram que, em outras sociedades humanas, não existem tarefas consideradas femininas e masculinas, e, sim, que variam de determinadas sociedades (Kovaleski; Carvalho, 2016).

Deste modo, verifica-se que o sistema econômico capitalista trouxe mudanças para todas as classes sociais e sexos, do mesmo modo que para as mulheres burguesas por não terem mais os mesmos privilégios que os homens da sua mesma classe social, o que as fez manifestarem a favor das mesmas oportunidades de educação e trabalho. A consequência disso foi o tensionamento estabelecido com raízes profundas do patriarcado e do sexismo, que são reproduzidos até os dias atuais, inclusive no meio científico quando se deparam com o mito da incapacidade intelectual em entender “as ciências mais abstratas, como a matemática, a física, a filosofia” (Kovaleski; Tortato; Carvalho, 2014, p.10).

Não se pode deixar de citar que as mulheres fizeram ciência historicamente, no entanto, foram esquecidas ou invisibilizadas (Kovaleski et al., 2014, p. 12), ou melhor, sem reconhecimento das suas ações científicas. Na área da saúde, por exemplo, “as mulheres sempre foram curandeiras”, sendo “as primeiras médicas e anatomistas da história ocidental” (Ehrenreich; English, 1976, p. 03). Na área da educação no Brasil, houve uma feminização do magistério primário e a necessidade de mão de obra dessas mulheres. Deste modo, com a demanda de professores, foi utilizado discurso ideológico com argumentações de “que as mulheres tinham um

melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada às ideias de domesticidade e maternidade” (Almeida, 1998, p. 64).

Os movimentos feministas e os estudos de gêneros foram importantes para debater as construções sociais do ensino de Ciência e Tecnologia (C&T), revelando que essas áreas se constituem sobre disputas numa relação de poderes e interesses, além de “inquietações sobre esse universo hegemônico androcêntrico e sexista na ciência e na tecnologia” (Freitas; Luz, 2016, s/p). Foi a partir dos anos de 1970 que esses estudos se tornaram científicos no meio acadêmico, tendo a intersecção de raça e classe (Almeida, 1998, p.39).

Os estudos, em relação às assimetrias entre homens e mulheres, trouxeram como resultados trabalhos com dados estatísticos para compreender, afirmar a desigualdade e discutir políticas públicas na tentativa de assegurar direitos para as mulheres. Exemplo disso é o relatório realizado pela UNESCO (2018), que analisa os fatores que impedem ou facilitam a participação das meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), e também aponta que, apesar da melhoria significativa das mulheres na educação nas últimas décadas, ainda é presente a desigualdade de gênero e a falta de ensino para o público feminino. O relatório indica que apenas 35% das mulheres estão matriculadas nas áreas de estudo da STEM no Ensino Superior no contexto mundial. O ingresso nessas áreas varia de território, cultura e economia, principalmente no período da adolescência, quando a discriminação de gênero fica mais exposta. Tais obstáculos nesse período são o trabalho doméstico, cuidado, casamento e costume cultural em priorizar a educação dos meninos. Além disso, aparentemente o sexo dos docentes no meio da STEM faz diferença na vida das meninas, pois influencia o envolvimento e a permanência delas nessas áreas, principalmente quando existe o tratamento igualitário entre meninos e meninas nas aulas (Bello; Estébanez, 2019).

Assim, há uma minoria de mulheres nas respectivas áreas anteriormente mencionadas: 73% das mulheres estão concentradas na área da educação, enquanto no campo de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) apenas 15% e engenharia, indústria e construção possui 33% de participação feminina no Brasil (RED INDICES, 2022). Porém, é relevante expor que as mulheres na América Latina e Caribe se encontram em maiores números em cursos superiores, mas sua proporção é reduzida quando chega ao nível de Doutorado (Red Indices, 2022). Verifica-se também a falta de políticas públicas para a equidade entre os homens e

as mulheres no meio acadêmico acaba impondo barreiras, na medida em que “cerca de 65,5% dos estudantes com filhos dependem de auxílio da família para se dedicar aos estudos, sendo que apenas 5,2% contam com creches e redes de apoio na universidade” (ANDIFES, 2019). Esses dados não alcançam o Currículo Lattes, entretanto, após a mudança na Plataforma para a inclusão da Licença-Maternidade, no ano de 2021, traz uma expectativa de mais ações a favor da equidade e mudanças nos campos de saberes, contudo, ainda não existe a igualdade social e cultural na estrutura da nossa sociedade. Todavia, é importante enfatizar que apenas mencionar tal fato tão relevante na vida das mulheres é insuficiente se desacompanhada de efetivas políticas que compreendam as relações entre maternidade e trabalho científico, por exemplo.

Deste modo, a partir dos estudos realizados sobre o tema, a pesquisa busca contribuir nas reflexões, buscando responder a seguinte questão orientadora: Como se estabelecem as vivências e narrativas de docentes pesquisadoras na atuação de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UTFPR – Campus Curitiba, a partir dos diálogos entre trabalho e ciência?

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

Analisar vivências e narrativas de docentes pesquisadoras na atuação de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UTFPR-Campus Curitiba, a partir dos diálogos entre trabalho e ciência.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o perfil das docentes pesquisadoras inseridas nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, Campus Curitiba.

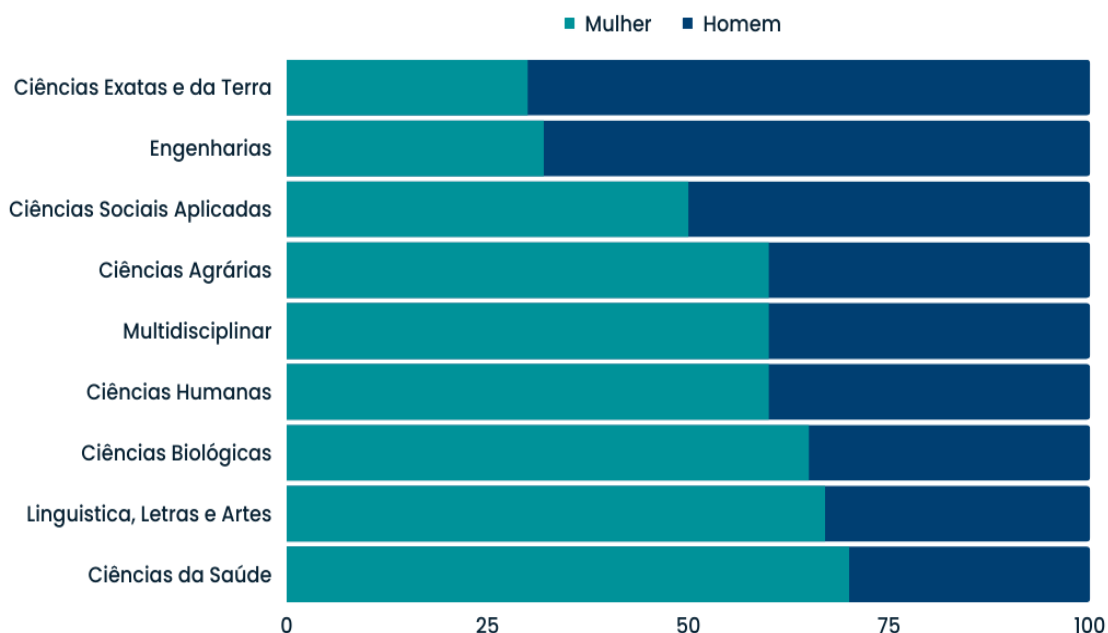
- Identificar os processos de vinculação e trajetórias das docentes pesquisadoras nos programas de Pós-Graduação da UTFPR, Campus Curitiba.

- Compreender as vivências e narrativas das docentes pesquisadoras a partir das dinâmicas estabelecidas pela organização contemporânea da pós-graduação brasileira.

1.3 Justificativa teórica e prática

Alguns dados pesquisados serão expostos nessa seção com o intuito de justificar a importância da análise do tema em torno das vivências e narrativas de trabalho das mulheres cientistas no espaço acadêmico da universidade. Nesse sentido, como posto na problematização, há o pressuposto de menor participação das mulheres na STEM – ciências, tecnologia, engenharia e matemática – constituída de forma histórica e social. Tal perspectiva culminou no fato de muitas mulheres optarem gradativamente por cursos que consistem em cuidados, também estimuladas pelos discursos de que seria um fenômeno biológico das mulheres ocuparem esses espaços. Talvez isso justifique os cursos de licenciaturas terem 72,8% de público feminino, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2021). Ainda, os Dados Abertos da Capes, trabalhados pelas autoras Martins e França (2022), mostram que existem assimetrias e disparidades no que se refere à representatividade das mulheres nos cursos superiores em áreas de Engenharias e as Ciências Exatas e da Terra, como indicado no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Participação de mulheres e homens discentes em Programas de Pós-Graduação por grande área de conhecimento (2013-2020)

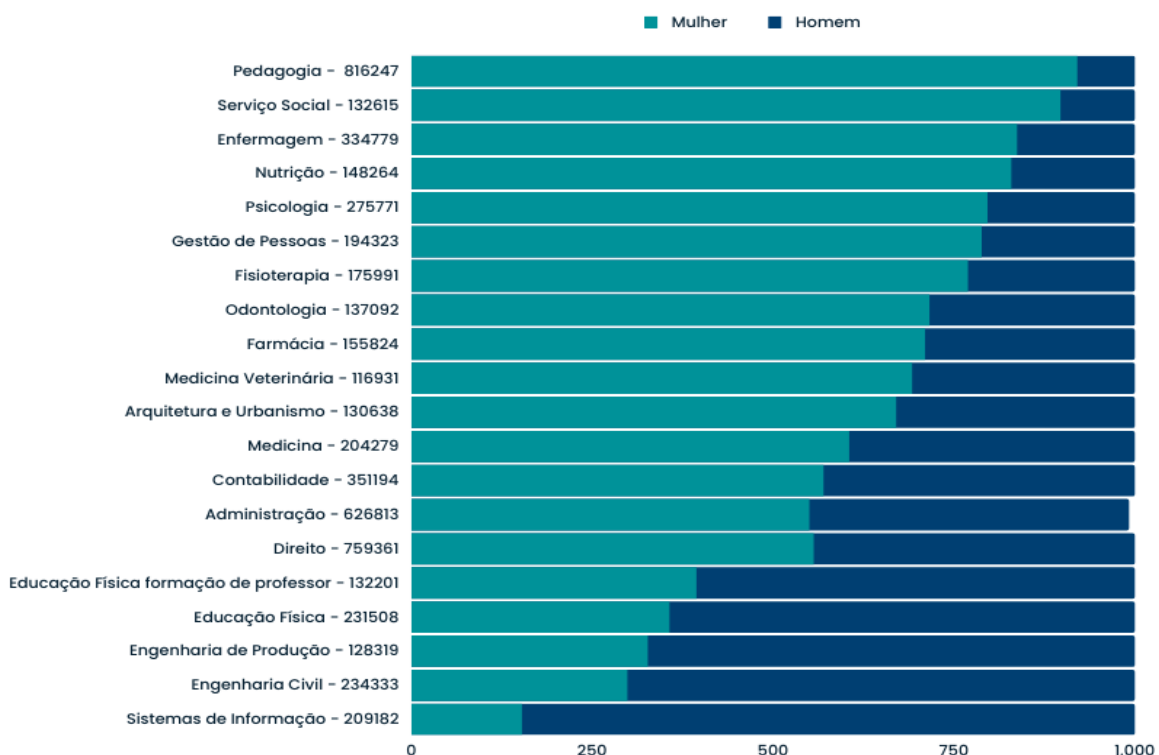


Fonte: Adaptado de Martins e França (2022)

Os dados expostos auxiliam na compreensão das configurações das ciências também a partir da atuação das mulheres. Neste caso, é importante registrar a menor parcela de mulheres inseridas no campo das Ciências Exatas e

das Engenharias, conhecidas também como Hard Sciences (Ciências Duras). Outro aspecto que se verifica diz respeito à maior participação em áreas historicamente atreladas ao cuidado, como as Ciências da Saúde ou da Educação. A apresentação também diz respeito aos espaços formativos no bojo do ensino e graduação, como se verifica no gráfico 2:

Gráfico 2 – Os 20 maiores cursos em número de matrículas de graduação e os respectivos percentuais de participação, por sexo – Brasil – 2020



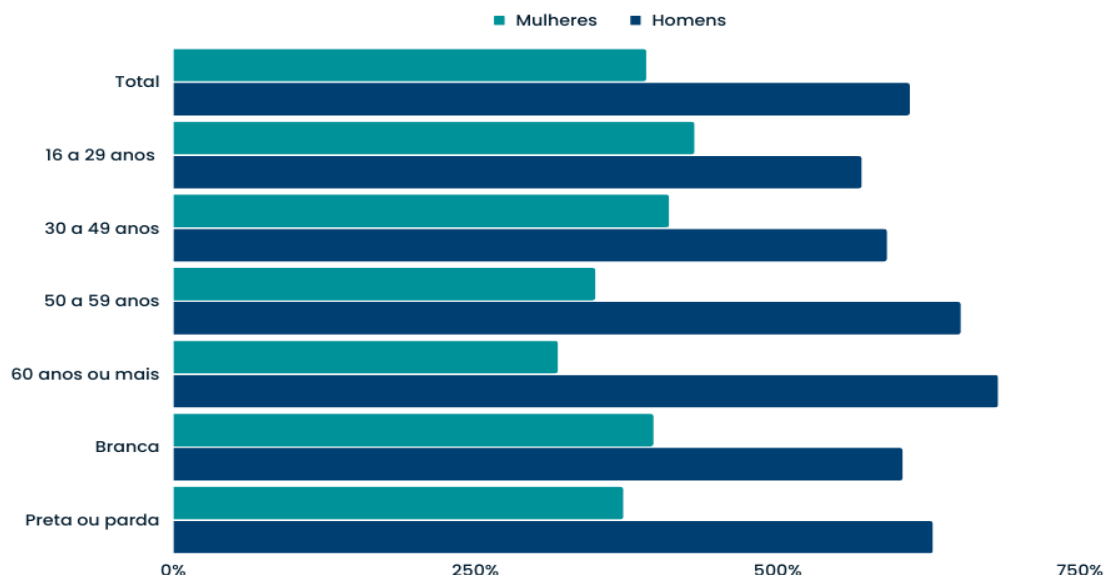
Fonte: Adaptado de Censo da Educação Superior tratado por Deed/Inep (2020)

Logo, o que se pode perceber é uma relação entre uma estrutura de formação que é reforçada no nível da Pós-Graduação a partir dos quadros formados em níveis anteriores. Denotar esta particularidade também é significativa, porquanto se vislumbra como campo de pesquisa a UTFPR, universidade que se verticalizou a partir do então CEFET-PR, Centro Federal de Educação Tecnológica Federal do Paraná, notoriamente reconhecido pela trajetória na formação de cursos de engenharia e, em tempos mais recentes, de formações em outros campos do saber, como Ciências Sociais Aplicadas ou também Ciências Humanas.

Análise importante também pode ser realizada a partir do campo da Administração, o campo científico que atualmente a pesquisadora se encontra. Neste caso, percebe-se que as matrículas são praticamente iguais por ambos os sexos. Entretanto, nas organizações, as mulheres se encontram em posição de

desvantagem quando se trata de ocupação de postos de liderança. Como se verifica no Gráfico 3, no Brasil, 60,9%, dos cargos gerenciais são ocupados por homens e apenas 39,1% por mulheres.

Gráfico 3 – Cargos gerenciais, por sexo, segundo os grupos de idade e cor ou raça (%)



Fonte: Adaptado de IBGE (2016)

Os dados do IBGE, ainda, demonstram outros espaços que não estão ocupados de forma representativa por mulheres, como nos parlamentos. Nesse caso, apesar da existência de legislação que prevê cotas eleitorais desde 1995 e de forma obrigatório pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, tais percentuais não são alcançados.

A legislação estabelece que deva haver, “no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo por cada partido ou coligação partidária” (IBGE, 2018, p.9). Porém, em 20 de dezembro de 2017:

o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício no Congresso Nacional era de 11,3%. No Senado Federal, composto por eleições majoritárias, 16,0% dos senadores eram mulheres e, na Câmara dos Deputados, é composta por eleições proporcionais, apenas 10,5% dos deputados federais eram mulheres (IBGE, 2018, p. 9).

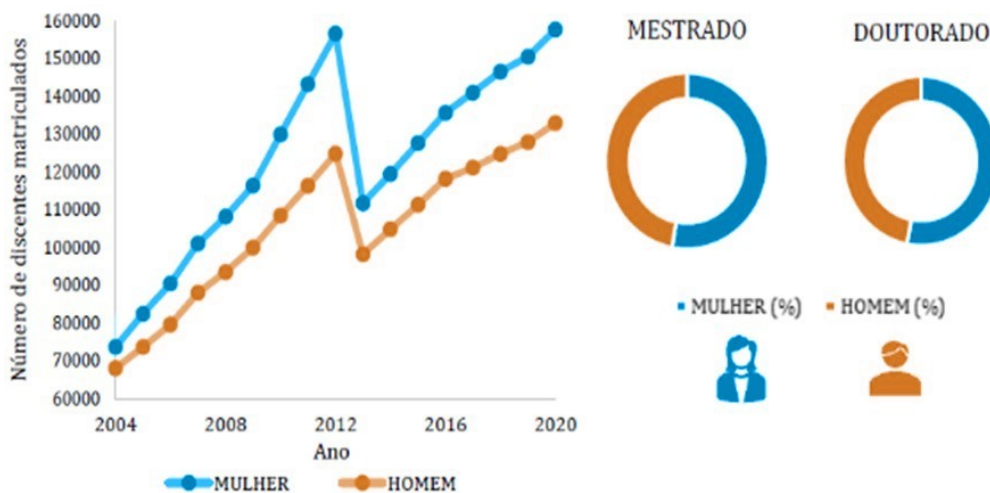
No cenário mundial, o Brasil, em janeiro de 2017, ocupava a 154ª posição entre os 190 países com mulheres nos parlamentos unicameral ou na câmara baixa do parlamento, com 10,7%. Ou seja, o Brasil se encontrava em 2017 com um dos piores resultados entre os países sul-americanos de mulheres nos parlamentos. Esses dados demonstram poucos espaços de poderes ocupados por mulheres nas organizações. Entretanto, vale ressaltar que, apesar das mulheres estarem

ocupando cargos de lideranças ou espaços científicos e tecnológicos de forma gradativa, com muita luta contra as assimetrias de gênero, ainda persiste uma questão importante em destacar: as jornadas de trabalho das mulheres. Tal fenômeno, em certas circunstâncias, fica tão naturalizado que não são problematizados com a devida importância nem relacionados aos desgastes físicos e psíquicos para o público feminino. Ou pior, são intencionalmente desconsiderados ou descontextualizados. Como afirma Borsatto (2022):

Verifica-se a partir destes posicionamentos que as professoras reconhecem a relação da escolha profissional com a dupla jornada feminina de trabalho que resultam em mais horas empregadas em tarefas domésticas para além do tempo que dispõem em seu emprego fora de casa. Na execução de suas atribuições, decorre o desgaste das energias físicas, cognitivas e emocionais que, por vezes, dificultam sua ascensão profissional (Borsatto, 2022, p. 73).

O resultado da pesquisa confirma os dados das cientistas Martins e França (2022), que trazem a participação das mulheres nos programas de Pós-Graduação, apontando a existência de muitas pesquisadoras discentes em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, como consta no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Discentes em Programas de Pós-Graduação stricto sensu: participação de mulheres e homens (2004-2020)

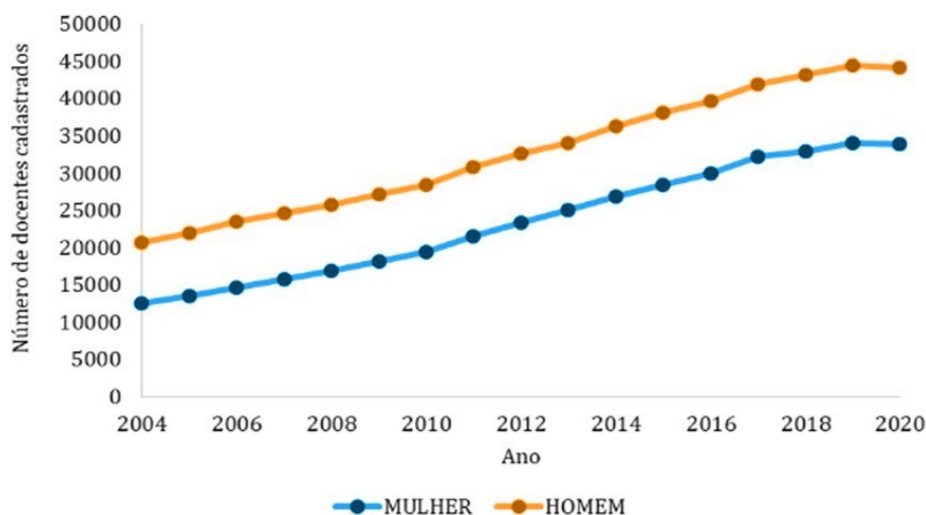


Fonte: Martins e França (2022)

No entanto, de forma antagônica, os dados apresentados no Gráfico 4 revelam um número significativo de mulheres discentes nos programas de pós-graduação. Porém, observa-se uma assimetria ao verificar a distribuição de docentes nos programas de pós-graduação, demonstrando as dificuldades em alcançar o topo da carreira, como demonstra o Gráfico 5. Essas ocorrências se

justificam pelos elementos que se inserem no fenômeno “teto de vidro”, como a “maternidade, o cuidado, o trabalho doméstico, além dos estereótipos de gênero, que colocam em questão a capacidade das mulheres em exercer determinados cargos e funções” (Martins; França, 2022, s/p).

Gráfico 5 – Distribuição de docentes: mulheres e homens em Programas de Pós-Graduação stricto sensu (2004-2020)



Fonte: Martins e França (2022)

As assimetrias demonstradas nos gráficos anteriores indicam a necessidade de políticas públicas efetivas nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, não apenas para incentivar as mulheres a entrarem no ensino superior, mas, sim, para garantir a continuidade dos seus estudos até o topo de suas carreiras profissionais.

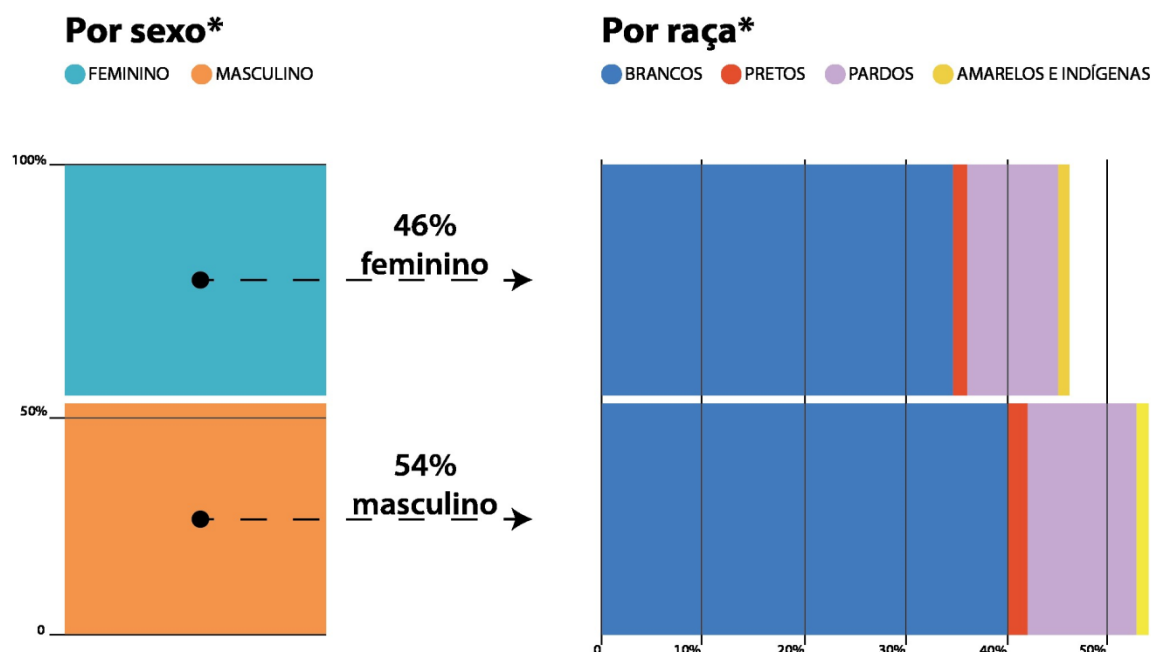
Além disso, é pertinente destacar que essas situações se encontram ainda mais presentes quando realizado um recorte entre raça, como demonstrado no Gráfico 6. Esses dados foram recolhidos pelo Censo da Educação Superior no ano de 2018 e tratados pelo Open Box⁶ da Ciência, que mostra uma assimetria extremamente significativa entre docentes da cor branca e preta, tanto no público feminino, como no masculino.

Como se pode visualizar, docentes mulheres de cor branca são maioria e, em seguida, as mulheres pardas, depois, pretas e só então as amarelas e indígenas, com pouca constatação. De acordo com Hirata (2014), as mulheres brancas e negras ocupam espaços de menor prestígio e em trabalhos precários, principalmente as mulheres negras. Este fato corresponde à realidade do Brasil, como consequência histórica e social da colonização do país e da intersecção de

⁶ Disponível em: <https://www.openciaencia.com.br/>.

raça e gênero.

Gráfico 6 – Docentes em todo o Ensino Superior no Brasil



Fonte: Martins e França (2022)

Apesar das assimetrias existentes entre homens e mulheres nas ciências exatas e em espaços de lideranças, também há invisibilidades das trajetórias das mulheres na ciência e a desigualdade de raça nos cursos superiores. Porém, o resultado da resistência das mulheres demonstra políticas públicas voltadas para esse público. Nesse contexto, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – também é um espaço de tensionamentos para isso. Exemplo disso, é a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de sugerir mecanismos para orientar políticas públicas destinadas a promover a equidade de gênero na Pós-Graduação Brasileira. Esse grupo tem dois objetivos principais: promover a participação de mulheres no âmbito acadêmico e “ampliar a presença de mulheres em cargos de liderança e comando nas funções públicas e privadas ligados à educação Brasileira, com o intuito de fortalecer sua representatividade” (CAPES, 2022). É importante reforçar que a atuação do grupo é recente, cujas condições de análises em relação aos resultados ainda são incipientes.

Deste modo, é importante compreender como as docentes se sentem no meio acadêmico, um espaço de relações de poder, em especial, em uma universidade singular, com cursos dominados historicamente por público masculino, contudo, com mulheres gradativamente ocupando esses espaços. Analisar as

vivências e as narrativas das docentes em espaços como estes auxilia a compreender as demandas designadas socialmente e historicamente pelas mulheres, e que vai além do que está exposto no Currículo Lattes. É importante estudar o tema, com intuito de não naturalizar essas tarefas e manifestar a necessidade de políticas públicas consistentes de modo a garantir condições para a atuação das mulheres no contexto da produção do conhecimento científico.

1.4 Estrutura da dissertação

A estrutura desta dissertação se apresenta organizada em quatro momentos. O primeiro momento introduz o tema, as intenções da pesquisa e sua problematização. O segundo momento, representado pelo Capítulo 2 – Sobre as Ancoragens Teóricas, visa apresentar preliminarmente as ancoragens teóricas orientadoras da presente dissertação. Para tanto, são tratadas as seguintes seções: 2.1 As Mulheres e os Diálogos com a Categoria Trabalho; 2.2 Divisão Sexual do Trabalho; 2.3 Mulheres e Ciência; 2.4 Trajetórias Históricas da UTFPR de Curitiba e a Presença de Mulheres Docentes. Na sequência, o terceiro momento – Capítulo 3, apresenta o percurso metodológico traçado de modo a vislumbrar os instrumentos e técnicas que foram utilizados para alcançar o objetivo deste trabalho, denominado como: 3 Percurso Metodológico; 3.1 Sobre o Desenho da Pesquisa e as Relações com a Problemática; 3.2 Sobre as Docentes Pesquisadoras e Critérios de Inclusão; 3.3 Procedimento de Coleta de Dados; 3.4 Análise dos Dados. O quarto momento integra o capítulo analítico, seguido das respectivas considerações finais. Por fim, as Referências Bibliográficas e os apêndices.

2 SOBRE AS ANCORAGENS TEÓRICAS

“Como você vê as demandas de produção na Pós-Graduação solicitadas aos/às pesquisadores/as e o que muda a partir da maternidade?”

Tem uma cobrança que é institucional e que é inclusive documentada em plataforma sistemática, como o Lattes e o Sucupira. Mas tem também uma auto cobrança, porque fomos condicionadas a um ritmo alto de produção (...) (Parent in Science entrevista Juliana Petermann, sobre maternidade e docência na pós-graduação, 2022, s/p)”.

Relatos como o de Juliana durante a pandemia provocada pela Covid-19, no ano de 2020, em entrevistas, acentuaram-se pela dificuldade de as mulheres conciliarem o trabalho remoto, trabalho doméstico, maternidade e o cuidado dos familiares. Tais situações despertaram interesses de modo a querer investigar o contexto do trabalho das mulheres cientistas na pós-graduação stricto sensu no âmbito da organização universidade e as relação com o trabalho. Para isso, buscou-se estudar de forma histórica esses fenômenos, a fim de compreender como o sistema capitalista tem contribuído com os limites e tensionamentos acerca da inserção e permanência das mulheres nas ciências.

2.1 As mulheres e os diálogos com a categoria trabalho

A entrada das mulheres no mercado de trabalho, a depender da classe social, deu-se de forma mais intensa na Revolução Industrial, durante o século XIX, com a ascensão do sistema capitalista na Inglaterra. Todavia, é importante salientar que as mulheres trabalhadoras:

[...] existiam muito antes do advento do capitalismo industrial, ganhando o seu sustento como fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões ou de rendas, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e no campo da Europa e da América (Scott, 1991, p. 443).

Assim, as mulheres continuaram a trabalhar com o advento do sistema capitalista, não havendo contribuições em suas autonomias por serem assalariadas e trabalharem nas fábricas. Ao contrário, emergiu perante a estrutura social o fenômeno Divisão Sexual do Trabalho. Com isso, além de as mulheres serem responsáveis pela reprodução no e do social, passaram também a estar inseridas no mundo produtivo, que se constituía no bojo do sistema de fábricas. Importante destacar que não existe um ponto de vista hegemônico em relação a dominação do homem para a mulher, como, por exemplo, elenca a autora Saffioti (1987, p. 47).

Para a autora: “Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios”. Por sua vez, para Saini (2018), existem grupos na sociedade que a igualdade social é presente e a autora aponta que estudo do antropólogo Mark Dyble “revela uma ligação entre a estrutura social de comunidades de caçadores-coletores e altos níveis de igualdade sexual” (Saini, 2018, p. 195).

Além de as mulheres estarem inseridas no meio da produção fabril, existia um imaginário em torno das mulheres e de sua atuação na sociedade carregado de intencionalidades e atribuições específicas, que, até os dias atuais, são reproduzidos pelo mito da meritocracia, como valorizar “as virtudes burguesas de laboriosidade, castidade e esforço individual” (Rago, 1985, p. 62), como uma representação simbólica de mulher esposa-mãe-dona de casa (Rago, 1985).

É oportuno mencionar que, a partir da Revolução Industrial, constitui-se como um momento marcante não apenas pela introdução da maquinaria industrial, mas também pela inserção de relações familiares e da concepção de família como um mito amplamente enfatizado no espaço da organização do trabalho. O processo da industrialização impactou de formas distintas as classes sociais. A ideologia “do amor maternal mostrou toda a sua hipocrisia ao ser imposta para as mulheres de todas as classes sociais, mas só vale de fato para a mulher burguesa, que tinha condições materiais e espirituais para ser mãe” (Toledo, 2008, p.37). As mulheres que não faziam parte deste meio, eram transformadas em força de trabalho, junto com seus filhos (Toledo, 2008). Exemplo disso são as trajetórias de mulheres que historicamente se viram na necessidade de terceirizar as vivências de suas maternidades ou os cuidados relacionados aos seus filhos, para que elas fossem as responsáveis pelo cuidado dos filhos das classes mais abastadas.

Bem como afirma Marx, em sua obra *O Capital* (Livro I):

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria (Marx, 2013, p. 575).

Ainda, para Toledo (2008), há que se analisar também três pontos importantes em relação à mulher e à máquina no contexto do imaginário social. Para a autora, nesse contexto, difundiu-se o ideário de que o espaço da fábrica havia se tornado um espaço menos hostil às mulheres em virtude da inserção da maquinaria,

que dispensou a força brutal do corpo e que tornou o espaço fabril suportável, atribuindo-lhes também a perspectiva de corpos frágeis. Do mesmo modo, também foram chamadas para aumentar o rendimento da máquina e da exploração dos lucros, tendo em vista a oferta de salários menores que os pagos aos homens, o que também provocou tensões relevantes frente a redução dos salários pagos à classe trabalhadora. Entretanto, a autora salienta a penosidade do trabalho que as mulheres realizavam antes mesmo da inserção da maquinaria: “como arar a terra, cuidar de animais, esfregar o chão, transportar e carregar os filhos, demonstrando que a ideologia de sua fragilidade é uma imposição cultural da sociedade burguesa” (Toledo, 2008. p. 40), sendo uma estratégia para servir as necessidades da indústria naquele momento.

Outro ponto relevante é que as máquinas possibilitaram a inserção de um contingente amplo de mulheres nas indústrias, não apenas porque eliminou a força muscular, mas, principalmente, por causa da necessidade de um maior número de braços para o funcionamento contínuo que possibilitasse maior lucratividade aos industriais. Esse cenário levou o sistema capitalista a apelar para o exército industrial de reserva, que incluía as mulheres. Por fim, ao problematizar tal panorama, a autora também auxilia na compreensão de tais dinâmicas e relata que a entrada das mulheres no mercado de trabalho, ou no trabalho coletivo, implicou também em sua designação como trabalhadora assalariada, fazendo parte de um processo que o sistema realiza em substituir trabalhadores qualificados por não-qualificados, adultos por crianças e homens por mulheres (Toledo, 2008).

A autora Toledo (2008) aponta que o sistema capitalista utilizou a divisão sexual de trabalho e a desigualdade de gêneros para estimular a competição entre os trabalhadores e os baixos salários. A própria constituição das ideias em torno da denominada divisão sexual do trabalho encontra tensões relevantes. Como contemporiza Hirata (2007), tal conceito pressupõe primeiramente considerar o trabalho doméstico como trabalho, o que já é bastante relevante, bem como uma soma entre o trabalho doméstico e o trabalho profissional. As concepções em torno da divisão sexual do trabalho demandam compreender não apenas as desigualdades em si, e, sim, o seu complexo processo de produção e reprodução, o que significa contemplar também a chamada produção do viver. Assim:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (Hirata, 2007, p. 599).

Tal visão ainda é portadora de limites e hierarquizações reducionistas, circunstância que Hirata (2007) mobiliza para ampliar as repercussões da mera distinção e soma entre as esferas profissional e doméstica:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. Se os dois princípios (de separação e hierárquico) encontram-se em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isto não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, ela tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço, como demonstraram fartamente antropólogos e historiadores(as). O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo. (...)Essa distinção entre princípios e modalidades e a insistência sobre a noção de distância é que permitem desconstruir o paradoxo de que falávamos no início: tudo muda, mas nada muda (Hirata, 2007, p. 600).

Exemplos importantes de tais complexidades dialogam com as vivências entre trabalho e maternidade que atravessam os tempos. Naquele período, os problemas sociais se intensificaram, principalmente o índice de mortalidade infantil e materna. Isso ocorreu porque, além de serem responsáveis pelo trabalho doméstico, tiveram que passar muitas horas trabalhando nas indústrias, o que as impedia de ter tempo para amamentar seus filhos. Tal situação era recorrente na medida em que eram chamadas depois de dez a quinze dias do parto para retornar ao trabalho, recorrendo de recursos extremados, até mesmo, para silenciar seus bebês. De acordo com Toledo (2008, p. 38):

tornou-se prática comum entre as operárias de Manchester (Inglaterra) alimentar os bebês três vezes ao dia e, para mantê-los quietos o resto do tempo, dar-lhes uma mistura, a “mistura de Godfrey”, composta de láudano - um tranquilizante à base de ópio, de largo uso entre as mulheres - e melado.

Além da exploração da mão de obra das mulheres, a fim de se apropriar do máximo de mais-valia absoluta⁷, através de um intenso trabalho e longas horas pagas com salários mais baixos do que o dos homens, as mulheres tiveram que enfrentar a marginalização nas funções produtivas, sendo mediadas pelos homens de sua mesma classe social. Esse processo facilitava a realização dos interesses daqueles que ocupavam uma posição oposta na estrutura social (Saffioti, 1987). Esses homens realizaram o movimento operário, com intenção em deslocar as mulheres da “esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar” (Rago, 1985, p. 63). O que se verificava era a reprodução da exigência burguesa, na qual a mulher trabalhadora correspondesse ao novo ideal feminino de genitora: a vigilante do lar. Vários espaços que continham trabalhadores, como o jornal, valorizavam a força de trabalho masculina, qualificada ou não, e mostravam-se indignados quando substituídos por mulheres no processo de produção (Rago, 1985).

Dessa maneira, após analisar os estudos teóricos das autoras Saffioti (1987), Toledo (2008) e Rago (1985), pode-se verificar que antes mesmo da Revolução Industrial, porém, principalmente a partir dela, o sistema capitalista é profícuo e sofisticado em tensionar os aspectos relacionados ao gênero, de forma a se beneficiar das assimetrias que retroalimenta. Esse fenômeno, como o de naturalizar discursos, por exemplo, encontra-se presente inclusive nas reproduções de falas machistas de mulheres para outras ou culpabilização delas mesmas por não cumprirem certas demandas ou alcançar cargos de níveis avançados. Nas pesquisas das autoras Velho e León (1998), que analisaram cientistas mulheres na UNICAMP entre os anos de 1986 a 1993, percebeu-se a existência de uma significativa produtividade comparada aos homens, inclusive em revistas internacionais. Contudo, as entrevistadas não realizam críticas ao sistema devido à naturalização da responsabilidade delas sobre o trabalho formal, doméstico e o cuidado com os filhos. Pelo contrário, algumas delas chegam a apontar que as mulheres deveriam ser mais organizadas.

7 Mais-Valia absoluta corresponde à jornada de trabalho sem aumento de salário ou com o aceleração do trabalho, podendo ser pela aceleração, concentração, quantidade e o gasto da energia física, intelectual e emocional (Souza; Meirelles; Lima, 2016).

2.2 Divisão sexual do trabalho

Como já apontado no início da problematização da presente dissertação, o termo divisão sexual do trabalho começou a ser discutido na França, sob o impulso do movimento feminista e logo houve uma onda de estudos sobre o conceito. Esse fenômeno se constituiu como uma distinção entre o trabalho feminino e masculino, com a justificativa de ser algo biológico, de tal modo que o homem é idealizado como provedor da família, designado: “para o trabalho da produção e a mulher, designada para o trabalho de reprodução, ocorrendo uma separação entre o público (masculino) e o privado (feminino)” (Stancki, 2003, p. 2).

As primeiras teorias a discutirem o tema foram tributárias da Etnologia (Mathieu, 1991; Tabet, 1998 apud Hirata, 2007), seguidas pela Sociologia e pela História (Hirata; Kergoat, 2007). De acordo com as autoras Kovalesski e Carvalho (2016), os antropólogos também tiveram importante papel. Foram esses estudiosos e estudiosas inseridos nos campos dos estudos feministas que demonstraram a questão das tarefas domésticas como uma relação de poder entre homens e mulheres. Esses pesquisadores analisaram várias sociedades humanas e demonstraram que não existem tarefas consideradas específicas para mulheres ou homens, mas construções sociais impostas e dependentes das interdependências nas quais os sujeitos estão inseridos.

Não obstante a separação de atribuições de trabalho entre os gêneros de forma histórica na nossa sociedade, também se verifica um complexo processo de responsabilização das mulheres por não exercerem suas atividades designadas historicamente no âmbito privado até os dias de hoje, com discursos naturalizados. Esses fatos se constituem de modo histórico a partir de discursos moralistas da classe burguesa, que controlavam os seus corpos e as formas de vivências, como aponta Rago (1985):

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre os seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize (Rago, 1985, p. 63).

Deste modo, estratégias emergentes do campo masculino são realizadas para as mulheres seguirem as exigências desses discursos apresentados anteriormente, como, por exemplo, em um primeiro momento, a educação não ser direcionada para as mulheres com intenção de prepará-las para a vida profissional, e, sim, em exercer sua função “essencial” às vistas do discurso do patriarcado: a atividade doméstica (Rago, 1985).

Assim, a divisão sexual do trabalho atribuiu às mulheres tarefas domésticas e a criação dos filhos, permitindo que os homens não se preocupassem com as atividades diárias, ao passo que sobrecarregaram as mulheres de forma desproporcional (Lerner, 1993). Schiebinger (2001, p. 182) faz o seguinte questionamento: “Uma mulher que se encarrega da vida doméstica pode competir profissionalmente com um homem ou mulher que não o fazem?”. Esse questionamento surge com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, repercutindo em mudanças em diversos aspectos da vida profissional. Todavia, essa esfera doméstica nunca foi submetida à “ação afirmativa ou emendas legislativas que requerem a redistribuição do trabalho doméstico” (Schiebinger, 2001, p. 182).

Na atualidade, o trabalho realizado em casa e o cuidado com os familiares e filhos, geralmente, são postos diante da sociedade não como um ato de trabalho. Esse último é considerado apenas quando é pago e isto acarreta de fazer as mulheres sofrerem fisicamente e psicologicamente em razão da necessidade em realizar a mediação dessas jornadas de trabalho. A autora Hirata (2010) aponta que as pesquisas conduzidas em empresas multinacionais mostram que as tecnologias têm melhorado as condições de trabalho de homens e mulheres no quesito segurança. Entretanto, a pesquisa também mostrou a necessidade de formação profissional e obtenção de diplomas para alcançar certas promoções no trabalho. Isso ocasiona um sacrifício maior para as mulheres em comparação aos homens, considerando o tempo extra dedicado ao trabalho profissional e “pela necessidade de conciliar o próprio aperfeiçoamento e o dos seus filhos” (Hirata, 2010, s/p). Por este fato, as “técnicas e engenheiras defrontavam problemas de conflitos com subordinados homens, e eventuais demissões do cargo. Os cargos de direção, enfim, não eram acessíveis às mulheres” (Hirata, 2010, p. s/p).

A educação, por ser um processo de socialização dos indivíduos, é um espaço de reprodução do fenômeno da divisão sexual do trabalho. A educação é considerada de forma ampla, como: “a escola, a família, a instituição religiosa, o mundo do trabalho ou outros espaços nos quais ocorre a convivência humana” (Stancki, p. 6, 2003). Isso porque, “desde o nascimento, as crianças estão em constante interação com os adultos, que ativamente procuram incorporá-las à sua cultura e à reserva de significados e de modos de fazer as coisas que se acumulam historicamente” (Vygotsky, 2010, p. 27).

O ensino escolar pode reforçar o fenômeno da divisão sexual:

através dos livros didáticos que apresentam preconceitos e estereótipos masculinos e femininos; da forma como se lida com os meninos e as meninas: divisão das tarefas entre eles, expectativas de comportamentos diferenciados, divisão por filas, atividades distintas em aulas de Educação Física ou por opções masculinas diferentes das femininas no que se refere a cursos profissionalizantes (Stancki, 2003, p. 7).

Para as autoras Velho e León (2012), as atitudes dos professores e dos pais são extremamente importantes para encorajar tanto os meninos quanto as meninas, para áreas como a Matemática. O oposto a isso dificulta o envolvimento das meninas em disciplinas como Física e Engenharias, além de gerar conflitos com a sua identidade sexual. As autoras salientam que o resultado dessas diferenças de papéis sexuais na carreira científica é conhecido como *gender tracking*.

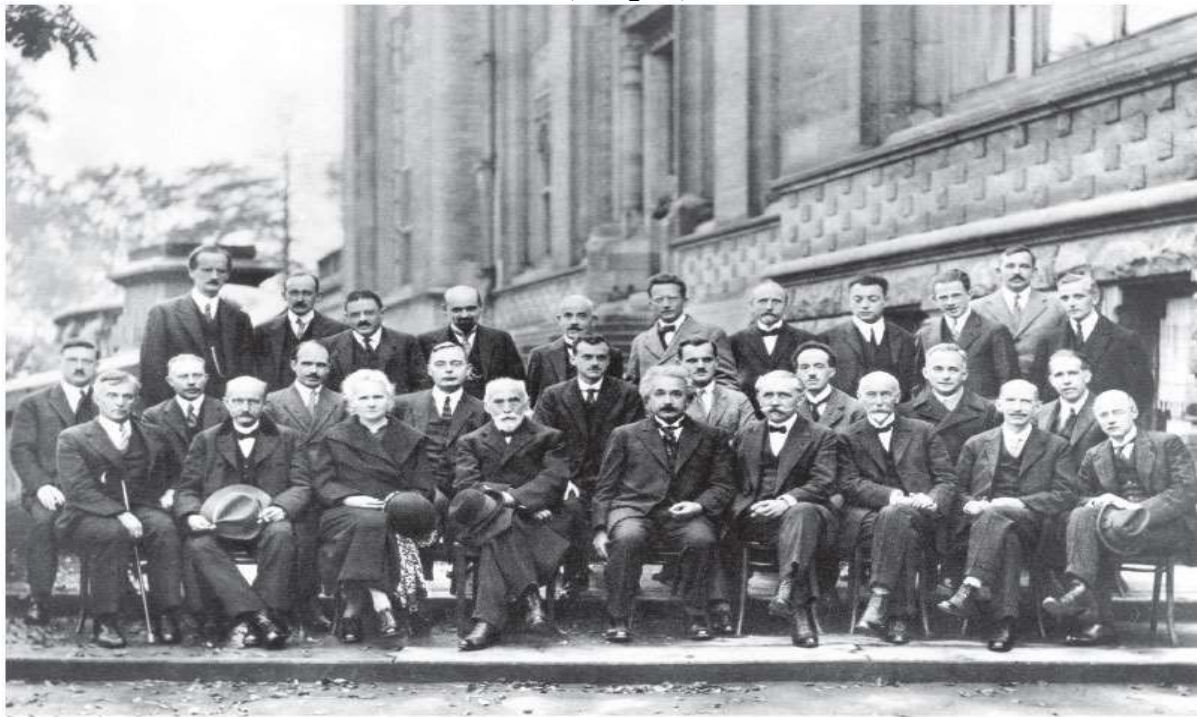
Por fim, a divisão sexual é um fenômeno que está presente em vários espaços da sociedade capitalista como uma relação de poder, do homem para a mulher e isso se constitui na sociedade de forma social e cultural. Nesse contexto, Kergoat (2009, p. 71) aponta que “as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema”.

2.3 Mulheres e ciência

O retrato clássico apresentado a seguir é da 5ª Conferência de Solvay, realizada em Bruxelas, Bélgica, em 1927. Dentre os cientistas expostos para a foto, o que chama atenção é a cientista Marie Curie, a única mulher neste espaço. Marie Curie neste período já havia recebido dois Prêmios Nobel em áreas distintas, a Física e Química, áreas estas ocupadas principalmente por homens.

Simultaneamente, ela mostrava para a sociedade que as mulheres poderiam também revolucionar a ciência com suas descobertas.

Figura 1 – Registro dos 29 participantes da quinta edição da Conferência de Solvay, realizada em Bruxelas, Bélgica, em 1927



Nota: A cientista Marie Curie era a única mulher a figurar entre os principais expoentes internacionais da física e da química na época.

Fonte: Bolzani (2017)

Assim, não se pode dizer que as universidades foram espaços acolhedores para as mulheres desde a sua gênese no século XII. Até o final do século XIX e em alguns países da Europa, até o século XX, as mulheres foram excluídas do ensino em vários territórios. Poucas mulheres conseguiram lecionar e estudar nas universidades a partir do século XIII, primeiramente, na Itália. No entanto, nas poucas universidades que elas conseguiam se inserir, elas também prosperavam em áreas como a Física e Matemática. Antes da Revolução Industrial, a contribuição das mulheres na ciência variava de países para países no continente Europeu e entre classes sociais. Exemplo disso são as colaborações no meio científico na França, geralmente provenientes de classes mais abastadas, enquanto na Alemanha, algumas inovações nesse meio eram realizadas por artesãos (Schiebinger, 2001).

Naquele contexto, uma mulher chama atenção com sua obra “Vindication of

the Rights of Women” (Reivindicação dos direitos da mulher), elaborada pela ativista Mary Wollstonecraft, pioneira do movimento feminista, na Europa. A ativista participou do movimento feminista em Londres, em 1792, exigindo justiça para as mulheres excluídas como cidadãs pela recém-decretada Constituição Francesa. Além disso, as ideias iluministas influenciaram a ativista a enfrentar grandes nomes daquela época, como Jacques Rousseau e Alexander Pope. Apesar deles se basearem na razão, esses homens acondicionam as mulheres em um lugar inferior na sociedade (Assunção, 2016).

Wollstonecraft (2016, s/p) afirma que “o mundo intelectual é fechado para elas”. Portanto, as mulheres eram subordinadas a optar por uma educação com características de cuidado e “ensinada apenas a agradar” (Wollstonecraft, 2016, s/p). O livro da ativista traz várias indagações frente aos posicionamentos de Jacques Rousseau, além de críticas em relação à educação das crianças, educação essa não apenas voltada na perspectiva escolar, mas também a visão que essas crianças têm dos papéis dos pais nas interações desses sujeitos. A autora traz também a escassez de influências para exercer uma educação formal igual à dos meninos.

No século XIX, o acesso informal à Ciência foi também dificultado, pois as atividades domésticas passaram para a esfera privada e a ciência para a esfera pública da indústria e da universidade. Ou seja, a ciência que as mulheres realizavam, considerando os ensinamentos que não se perderam com o tempo e que são expressos também como saberes populares ou tradicionais, como a dos avós e indígenas para curar certas doenças, foi desqualificada ou apropriada pelas universidades e indústrias como uma ciência formal. Schiebinger (2001) aponta que, nessa época, o acesso à ciência para as mulheres era restrito:

Coloco esta ênfase sobre a Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII porque foi nessa época que as modernas instituições e ideologias limitando a participação das mulheres na ciência tiveram lugar. As instituições científicas - universidades, academias e indústrias - foram estruturadas sobre a suposição de que os cientistas seriam homens com esposas em casa para cuidar deles e de suas famílias (Schiebinger, 2001, p. 69).

Como resultado dessa impossibilidade de as mulheres seguirem a carreira científica na Europa, apesar das suas tentativas, um espaço opaco e de pouca visibilidade foi redimensionado:

a participação no interior da (agora privada) esfera familiar como assistentes cada vez mais invisíveis para maridos ou irmãos cientistas. Essas mulheres talentosas, entre elas Margaret Huggins (esposa do astrônomo britânico William Huggins), Edith Clements (esposa do ecologista Frederic Clements), e talvez, também, Mileva Maric (esposa de Albert Einstein), contribuíram silenciosamente para as carreiras de seus maridos, um fenômeno que persiste ainda hoje. Este tornou-se o padrão normal para mulheres trabalhando em ciência no século XIX até o século XX. Apenas ocasionalmente uma mulher, como a cristalógrafa de raios-X Kathleen Lonsdale, desfrutou de uma assistência marital (Schiebinger, 2001, p. 70).

Assim, no século XVIII e XIX, a sociedade europeia, que se expandiu para outros modelos de desenvolvimento, apresentava concentração especialmente em duas esferas: a pública, que consistia no governo e as profissões, e a privada, ou seja, a família e o lar. Aos homens, ficou destinada a esfera pública por ser considerada o local natural e privilegiado de suas atuações, enquanto as mulheres foram condicionadas ao espaço privado, representado pelo lar. Naquele período, em conjunto com a teoria democrática liberal também foi utilizada a teoria da complementaridade sexual, na qual dizia que a mulher não é igual ao homem, porém, suas diferenças eram complementares. Foi essencial essa teoria conspirante para o Estado fazer com que as assimetrias sociais fossem novamente compreendidas como naturais, assim, prosseguindo a divisão sexual do trabalho. Dessa maneira, as mulheres não eram vistas como inferiores aos homens, contudo, fundamentalmente distintas, sendo consideradas “incomparáveis a eles - fisicamente, intelectualmente e moralmente” (Schiebinger, 2001, p. 142).

Com a expansão gradativa do sistema capitalista advindo pelas novas áreas de trabalho e pelo avanço tecnológico, acabou surgindo “dentro dos departamentos de pessoal e de relações trabalhistas, nas organizações de apoio externo, escolas como as de relações industriais, departamentos universitários de sociologia e outras instituições acadêmicas (...)” (Braverman, 1981, p.125). Entretanto, junto a isso, contém a:

dificuldade de superar os estereótipos comportamentais e as formas de organização familiar estruturada sobre a desigualdade de gênero. O peso das ideologias foi um grande aliado para a conservação dessas estruturas de desigualdade, que são geradoras de violência institucional e doméstica (Brasil, 2005, p. 22).

No Brasil, a permissão legal para o acesso geral à educação escolar ocorreu pela Lei Geral do Ensino, em 5 de outubro de 1827, tendo diferença nos conteúdos

destinados para meninos e para meninas:

Enquanto eles aprendiam adição, subtração, multiplicação, divisão, números decimais, frações, proporções e geometria, elas não podiam ver nada além das quatro operações básicas. Nas aulas de português e religião, por outro lado, o conteúdo era o mesmo para meninos e meninas (Westin, 2020, s/p).

Esses processos históricos acarretaram retrocessos na entrada das mulheres na educação, principalmente na área tecnológica. Isso se deve ao fato de que as primeiras instituições de ciências exatas e tecnológicas brasileiras surgiram no final do reinado de Dom Pedro II, com a fundação da Escola Politécnica na cidade de Rio de Janeiro, em 1874. Mas apenas na década de 1920 ocorre a formação das primeiras engenheiras nacionais (Melo; Rodrigues, 2018).

Não se pode deixar de mencionar que a população feminina negra em particular tinha e ainda tem mais dificuldade em integrar o quadro educacional. Na Colônia e no Império, as legislações não permitiam a entrada de negros e negras na educação formal. No pós-abolição, por conta do racismo estrutural predominante na sociedade, essa população teve dificuldade em ocupar esses espaços. Ao mesmo tempo, esse coletivo via a educação como uma possibilidade para mitigação do preconceito racial e conquista de lugares menos “subalternizados na sociedade” (Nepomuceno, 2012, p. 389).

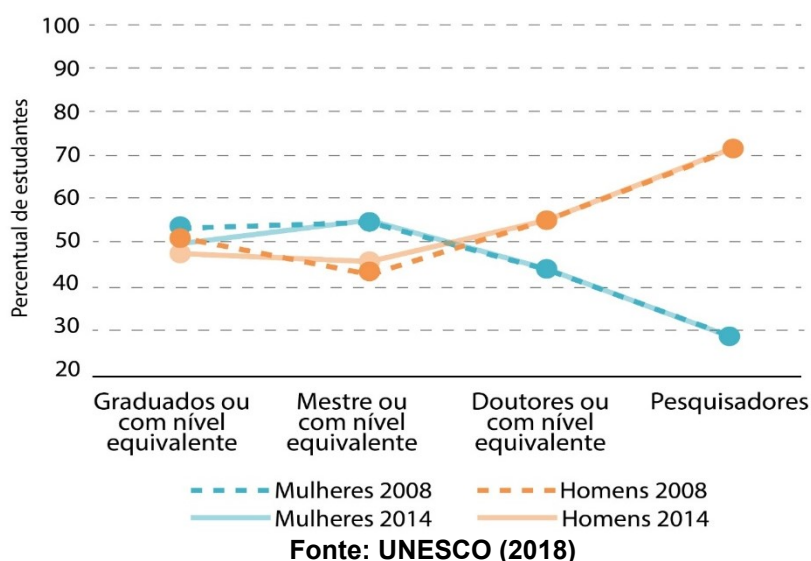
De modo mais consistente, contudo, foi na década de 1970 e 1980, com os movimentos sociais acentuados em busca da redemocratização e reivindicações no Brasil, que o movimento feminista se destaca com sua pluralidade. De acordo com Lino e Mayorga (2017), é nesse período que o movimento feminista problematiza quem e como o conhecimento é produzido. Por esta razão, elas questionam quem faz parte do espaço acadêmico e os regula e quais as consequências para as mulheres excluídas nesses espaços. A partir disso, começam a perceber que existe uma relação de poder nesses locais e um campo para construção de verdades, além de serem reconhecidas como sujeito capazes de transformar a realidade social.

Nesse sentido, a mulher acaba não se tornando apenas pesquisadora, como também objeto de estudo. Isso fomentou a discussão em relação à neutralidade na ciência, visto que a subjetividade aparece na pesquisa. Nesse sentido, o movimento

feminista buscava romper com as ideias de universalidade, porque o padrão acaba excluindo alguns sujeitos, e defender a pesquisa das mulheres em seu particular (Lino; Mayorga, 2017). Além disso, apesar das conquistas e do aumento gradativamente das mulheres nas universidades, bem como na pós-graduação stricto sensu, na qual “representam 53%, além de serem 57% das bolsistas da CAPES” (CAPES, 2020), ainda existe uma ausência de mulheres nos espaços de poder. De acordo com o IBGE (2021), “no Brasil, 62,6% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens e 37,4% pelas mulheres, em 2019”.

O projeto SAGA UNESCO apresenta ainda dados com uma disparidade de forma significativa de transição dos níveis de escolaridade de graduação para a pós-graduação (mestrado e doutorado), para a pesquisa e as carreiras profissionais (UNESCO, 2018). Existe uma queda da permanência de mulheres no pós-doutorado, “apesar da grande quantidade de tempo investida na educação anterior ao emprego” (UNESCO 2018). Esses últimos dados estão representados na figura a seguir:

Figura 2 – Proporção de mulheres e homens na educação superior e pesquisa, média mundial



Os dados são oportunos de serem problematizados diante da intensificação do trabalho doméstico e do trabalho no contexto profissional. No Brasil, “em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas)” (IBGE, 2018). A autora Kovaleski, em sua pesquisa de doutorado, trouxe relatos de

cientistas da UTC na França e da UTFPR de Curitiba-PR. Em uma das falas da docente, ela relata que passa muitas horas trabalhando na universidade para conseguir dar conta de suas demandas: “Eu vejo hoje que ser professora dá mais trabalho do que se eu estivesse numa empresa fazendo oito horas por dia. Às vezes, chego a trabalhar doze, treze horas por dia para vencer tudo que eu tenho que fazer” (Kovaleski, 2013, p.166).

A autora ainda traz outros relatos de como consiste a culpabilização das docentes por estar de férias ou não responder e-mails nos finais de semana:

Eu vejo em relação a meu marido que é engenheiro, quando ele volta para a casa, ele acabou seu trabalho. A gente não para nunca [...] eu senti muito estresse, e sinto muito estresse nos meus colegas também, a quem se pede muito. [...] a gente se culpa por sair de férias sem levar trabalhos, a gente se culpa de não responder a um e-mail durante o final de semana (Kovaleski, 2013, p.166).

Apresenta também relatos de profissionais que não conseguem ficar sem trabalhar nos finais de semana pelas demandas, e sentem prazer em trabalhar:

Nunca se termina: é a enorme diferença com a indústria, onde se tem verdadeiros finais de semana, onde acabando a sexta-feira à noite, você tem verdadeiros finais de semana com a família. Agora, eu nunca consigo terminar totalmente, não acontece um final de semana sem trabalho. Ao mesmo tempo, adoro meu trabalho, não posso me queixar, mas tem essa ideia de continuidade que é penosa (Kovaleski, 2013, p.166).

Podemos verificar, nesses dados e relatos, inquietações e prazer em realizar seu trabalho formal. Todavia, o que incomoda as docentes é não ter tempo para suprir as demandas da organização, por terem que realizar mais de uma jornada de trabalho. Entretanto, o estudo pode ser revisitado e aprofundado, porquanto, na última década, o processo de intensificação do trabalho e internacionalização, os mecanismos de avaliação e produção do conhecimento científico foram reelaborados sobremaneira, repercutindo novos indicadores e racionalidades da organização do trabalho científico. Além disso, é oportuno averiguar como tais movimentos dialogam com a organização universidade.

2.4 Trajetórias históricas da UTFPR de Curitiba e a presença de mulheres docentes

O retrato exposto a seguir é da reitoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, no centro de Curitiba, retratada aproximadamente no ano de 2020. A UTFPR é a única universidade tecnológica do Brasil atualmente e conta

com vários cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

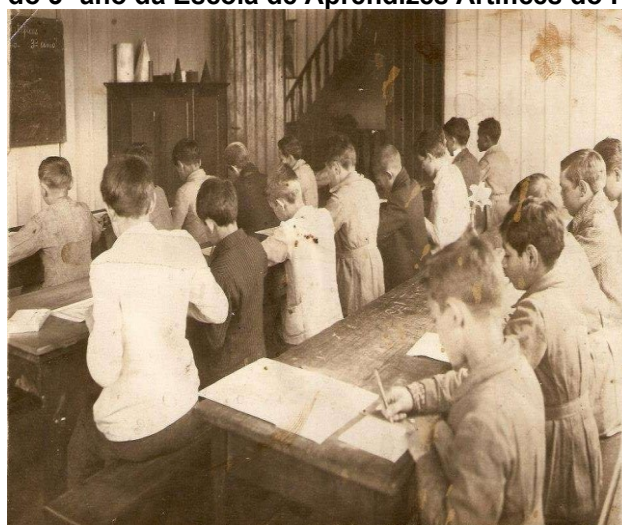
Figura 3 – Fachada da UTFPR - Campus Curitiba – Sede Centro.



Fonte: UTFPR (2020)

De acordo com o site oficial da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, o surgimento da organização ocorreu no século XX, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices. As escolas foram inauguradas em algumas capitais do país. No caso do Paraná, foi inaugurada em 16 de janeiro de 1910, em um prédio na Praça Carlos Gomes, em Curitiba. O ensino era destinado aos meninos com uma condição financeira desfavorecida: “chamados de ‘desprovidos da sorte’” (UTFPR, 2017, s/p). Naquele momento, a intenção do Brasil era a modernização, por isso, foram criadas para os mais pobres as Escolas de Aprendizes em todas as capitais do Brasil, na perspectiva de que, assim, os jovens não “poderiam tomar o caminho da delinquência” (UTFPR, 2010, s/p).

Figura 4 – Sala de aula do 3º ano da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná em 1910



Fonte: Memória UTFPR (2012)

O ensino ministrado era integral. No período da manhã, as aulas estavam vinculadas ao ensino primário e, no período da tarde, em áreas de alfaiataria, sapataria, marcenaria e serralheria. No início, havia apenas 45 alunos. Aos poucos, os números foram aumentando e, com isso, a necessidade de uma nova sede. Desse modo, a “Instituição foi transferida para a Avenida Sete de Setembro com a Rua Desembargador Westphalen, onde permanece até hoje” (UTFPR, 2017, s/p).

Em 1937, com o ensino cada vez mais profissional, a “escola começou a ministrar o ensino de 1º grau, sendo denominada Liceu Industrial do Paraná”. Em 1942, com a regulação do ensino industrial no país, ocorreram dois ciclos: o primeiro, o ensino industrial básico, e o segundo, técnico e o pedagógico. Com essas mudanças, a escola deixou de ser chamada Liceu Industrial do Paraná e se tornou Escola Técnica de Curitiba (UTFPR, 2017, s/p).

Em 1959, foram instituídas as escolas técnicas federais “a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal” (BRASIL, [s.d]). Isso fez com que a Escola Técnica de Curitiba tivesse maior autonomia e passasse a se chamar Escola Técnica Federal do Paraná. Em 1978, por ministrar cursos de graduação, a Escola alterou seu nome novamente e se tornou Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) (UTFPR, 2017). Com a consolidação da Instituição na década de 1980 e 1990, começou a criação dos Programas de Pós-Graduação. De acordo com o sítio oficial da UTFPR, “em 1988, ocorreu a implantação do primeiro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com o Curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Informática Industrial (CPGEI)” (UTFPR, 2022). A partir de então, a pesquisa na UTFPR se expandiu em diversos campi do Paraná e atualmente conta com 23 cursos de mestrado e 5 de doutorado.

No ano de 1990, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico fez com que o CEFET-PR se ampliasse para outras cidades do Paraná. Em 1998, a diretoria do CEFET-PR fez um projeto para transformar a Instituição em Universidade Tecnológica. Após sete anos, “o projeto tornou-se Lei no dia 7 de outubro de 2005” (UTFPR, 2017), nomeando-a como UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ-UTFPR. A Universidade atualmente conta com 13 campi, distribuídos nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina,

Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo (UTFPR, 2017).

Como foi apontado anteriormente, a primeira escola vinculada à trajetória da UTFPR se chamava Escolas de Aprendizes Artífices e nela estudavam apenas meninos de classe social menos favorecida. Ou seja, as meninas não se encontravam neste meio. De acordo com Vázquez (2020), nesse período, o Estado estava preocupado com a reprodução feminina, realizando campanhas em relação à maternidade, estabelecendo o século XX como “o século da criança”.

Figura 5 – Capa da revista Vida Doméstica, que exaltava a maternidade a cada edição



Fonte: Chagas (2008)

Com as campanhas de incentivo à reprodução humana, diversos discursos moralistas e filantrópicos culpabilizavam as mulheres, caso elas decidissem não terem filhos. Assim:

aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime. Não amamentar e não ser esposa e mãe significa desobedecer a ordem natural das coisas, ao mesmo tempo que se punha em risco o futuro da nação (Rago, 1985, p.79).

Ou ainda: “aquelas que não foram mães, pelos mais variados motivos,

poderiam ser vistas como seres física, moral ou psicologicamente incapazes, além disso, as não-mães, para a literatura médica de até metade do século XX, teriam uma disposição maior para a loucura e a insanidade” (Vázquez, 2020, p. 44).

Pode-se verificar que não eram priorizadas a educação com ênfase para as meninas. Beltrão e Alves (2009, p. 126) afirmam que “o hiato de gênero na educação brasileira ocorreu porque as taxas de alfabetização e os demais níveis de educação dos homens eram superiores aos das mulheres”. Apesar da educação para as meninas não ser o foco do Estado naquele período, de acordo com esses autores, as mulheres foram conquistando espaço na educação gradativamente.

Retornando o caminho histórico traçado pela UTFPR, a Escola de Aprendizizes Artífices, embora não fosse destinada às meninas naquele período, indica, ao analisar um relatório de 1910 a 1922 com uma relação dos servidores, que havia professoras ministrando aulas para o chamado curso elementar (ensino primário) no período da manhã, além de ministrarem aulas de desenho. Durante esse período, sete professoras atuavam na Escola (Muzi; Luz, 2010).

Com a mudança para a Escola Liceu Industrial do Paraná, motivada pela inclusão do ensino 1º grau (atual ensino fundamental), houve a entrada de algumas professoras nos anos de 1937-1938, “com o cargo de ‘professora normal’” (Muzi; Luz, 2010).

Prosseguindo com a inserção das professoras no ensino, evolução mais consistente ocorreu com a formação “da rede federal de instituições de ensino industrial” (Muzi; Luz, 2010, p. 5), na qual o Liceu passou a se chamar Escola Técnica de Curitiba e o ensino passou a ser ministrado em dois ciclos. Dessa forma, mais professoras foram contratadas, não havendo menos de 20 na instituição (Muzi; Luz, 2010). Para as autoras, “a média de entrada de mulheres como docente na década de 1940 foi de duas novas professoras por ano. Na década de 1950, especialmente no ano de 1954, o total de mulheres na Escola chegava ao número de 22” (2010, p. 5).

Em 1959, instituídas as Escolas Técnicas Federais, houve uma diversificação de funções, e algumas professoras estavam atuando em áreas de chefia, tais como: “a área de corte e costura, em rendas e bordados, canto orfeônico, desenho ornamental, educação doméstica, matemática e português” (Muzi; Luz,

2010, p. 6). Isso foi importante nesse período, na medida em que a chefia era predominantemente associada ao público masculino, ainda que tais áreas guardassem proximidade com o trabalho artesanal e atrelado ao feminino.

A partir de 1978, com a modificação de Escola Técnica Federal do Paraná para Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), a autora Muzi (2011) consegue, através do setor de Recurso Humano, dados de servidoras mulheres no CEFET, no ano de 1979 até 1990, como demonstrado na tabela a seguir:

Quadro 1 – As mulheres na UTFPR – 1979 a 1990

Ano	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
%	29%	25%	25%	27%	25%	27%	28%	28%	29%	*	*	31%
Valor	136	140	137	154	155	170	183	199	221	*	*	299

Fonte: Adaptado de Muzi (2011)

Pode-se observar pela Tabela 1, a estável participação das mulheres entre 1979 a 1981. Após isso, os números aumentaram de forma gradativa, apesar de não haver dados dos anos de 1988 e 1989. No entanto, percebe-se uma significativa participação das mulheres a partir dos anos 1990. No bojo de seu estudo, Muzi aponta que, durante a coleta de dados, percebeu que a instituição passou por quatro fases, de forma cronológica, em relação à atuação das mulheres na organização. Primeira fase é pautada pela abertura da Escola até aproximadamente no ano de 1937, quando a Escola se tornou Liceu Industrial. O número de mulheres era pequeno, por não haver muitas áreas de atuação. A segunda fase, é de 1937 até aproximadamente a década de 1970, com a retirada do ensino primário. A Escola possibilitou que as mulheres atuassem em outras atividades, mas os números de mulheres ainda eram inferiores aos dos homens. Já a terceira fase é o período de transformação em CEFET, nos anos de 1970 até 2005, que, devido a ampliação, viabilizou a atuação das mulheres no nível de graduação e pós-graduação. A última fase se inicia em 2005, após a transformação em Universidade, permitindo novas possibilidades de atuação em relação à produção científico-tecnológica.

Percebe-se um aumento gradativo das mulheres atuando na Universidade Tecnológica Federal do Paraná desde de sua gênese. Os resultados da pesquisa de Muzi (2011) apresentam:

que as mulheres se mantêm em desvantagem numérica em relação

aos homens, e que a UTFPR mantém a maioria das mulheres em algumas áreas do conhecimento tradicionalmente atribuídas a elas dentro da instituição, como por exemplo a área de Desenho Industrial, ou ainda em áreas relacionadas ao cuidado e de apoio, e mostrando que se mantém uma divisão sexual do trabalho que segrega e hierarquiza (Muzi, 2011, p. 285).

Deste modo, é possível vislumbrar que, apesar das conquistas das pesquisadoras/docentes ampliarem o espaço na organização UTFPR de forma gradativa, a realidade da ciência brasileira ainda aponta que mulheres são majorias nos cursos historicamente vinculados ao feminino, além dos homens serem majorias nos cursos das áreas de exatas e tecnológicas.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Sobre o Desenho da Pesquisa e as Relações com a Problemática

Tendo em vista que o presente estudo buscou analisar as vivências e narrativas de docentes pesquisadoras no contexto de trabalho e ciência na atuação de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, verifica-se que a abordagem qualitativa se mostra mais adequada para a condução da pesquisa. Tal perspectiva pressupõe:

alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas (Creswell, 2007, p. 35).

O campo ainda tem como recorte o especial interesse em relação às docentes pesquisadoras integrantes de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Sendo assim, identifica-se que a pesquisa consiste na necessidade de aprofundar a análise a partir de docentes pesquisadoras

A utilização da técnica pesquisa de campo é um importante momento de exploração da prática empírica, que possibilita a confirmação ou a refutação de hipóteses e de construção de teorias (Minayo, 2007). Ainda, destaca-se a utilização de outro instrumento de coleta de dados utilizado para esta pesquisa, a pesquisa documental. A análise documental foi de extrema relevância para localizar docentes inseridas em programas de pós-graduação na UTFPR de Curitiba.

3.2 Sobre as docentes pesquisadoras e critérios de inclusão

Foram convidadas a participar do estudo, as docentes pesquisadoras dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba. A escolha desse campus se justifica por conveniência e a compreensão da existência de um número maior de Programas do que nos demais campi da instituição. Como critérios de inclusão, optou-se pelas docentes que integram os programas como docentes permanentes, principalmente pela justificativa em torno das atribuições esperadas pelos órgãos estruturantes da Pós-

Graduação brasileira, como a CAPES. Acredita-se que, neste contexto, as docentes possuem exigências mais amplas, tais como a obrigatoriedade de ministrar disciplinas, orientações, publicações, estabelecendo uma dinâmica mais complexa de atuação na Pós-Graduação. Neste caso, é importante indicar que um levantamento sobre tal contingente já foi realizado. Atualmente, a UTFPR Campus Curitiba possui os seguintes programas de Pós-Graduação:

Quadro 2 – Docentes nos Programas de Pós-Graduação na UTFPR de Curitiba-PR

Programas de Pós-Graduação	Mulheres nos Programas
CPGEI- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Informática Industrial	05 docentes
PGP- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública	7 docentes
PPGA- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Administração	4 docentes
PPGCA- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada	4 docentes
PPGCTA- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental	11 docentes
PPGEB- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Engenharia Biomédica	5 docentes
PPGEC- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	3 docentes
PGEF- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Educação Física	5 docentes
PPGEL- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens	8 docentes
PPGEM- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Materiais	2 docentes
PPGFA- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Física e Astronomia	5 docentes
PPGFCET- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica	11 docentes
PPGQ- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Química	9 docentes
PPGSAU- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Ambiental Urbana	6 docentes
PPGSE- Curitiba Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Energia	0 docentes
PPGTE- Curitiba Programa de Pós-Graduação e Tecnologia e Sociedade	14 docentes

Fonte: UTFPR (2022)

No total, a UTFPR possui 16 Programas de Pós-graduação e 99 docentes pesquisadoras permanentes vinculadas aos núcleos docentes estruturantes. Assim, como potencial recorte, considerando a conveniência, uma docente de cada

Programa foi convidada, de modo a manter a heterogeneidade de suas áreas de vinculação.

3.3 Procedimento de coleta de dados

De acordo com Godoy (2005, p 82), “para coletar os dados são feitas entrevistas, realizadas observações ou analisados documentos”. Deste modo, considerando a intenção de se aproximar das docentes dos Programas de Pós-Graduações *Stricto Sensu*, foi realizada, como coleta de dados preliminar, a análise de documentos dos Programas, que estão localizados nos sites institucionais de cada um deles, e a observação dos Currículos Lattes.

Da mesma forma, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conforme roteiro (Apêndice A), elaboradas a partir dos estudos de Silva (2012). A entrevista semiestruturada contribui para “que o entrevistado tenha a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo, 2007, p. 64). Além disso, utilizar a técnica da entrevista na pesquisa de campo possibilita ao pesquisador empregar a observação dos entrevistados. A triangulação permite “a obtenção de resultados mais robustos” (Godoy, 2005, p. 84). Por fim, verificaram-se as demandas éticas em relação à pesquisa conforme necessidade de Termo de Consentimento (Apêndice B) e aprovação do Comitê de Ética da UTFPR.

3.4 Análise dos dados

A análise dos dados foi orientada por meio da Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (1977), análise de conteúdo é:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (p. 9).

Os conteúdos foram devidamente categorizados e analisados a partir de duas categorias a priori que se constituem: na inserção e trajetórias das docentes pesquisadoras no *Stricto Sensu* e nas vivências no contexto da pós-graduação brasileira e a relação vida pessoal e trabalho. Essas categorias identificam elementos comuns na pesquisa até então realizada. De acordo com Bauer e Gaskell

(2002, p.199), “a análise de conteúdo interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa”.

4 SOBRE A ANÁLISE E DADOS: APROXIMAÇÕES COM O CAMPO DE PESQUISA

Antes de se debruçar sobre as categorias de análise é necessário contextualizar os limites e as possibilidades enfrentados no campo de pesquisa. É pertinente recordar que o presente trabalho objetivou analisar as vivências e narrativas de docentes pesquisadoras no contexto de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no contexto da universidade, a partir dos diálogos entre trabalho e ciência. Atingir este objetivo trouxe o compromisso de acolher e refletir as diversas narrativas das docentes no contexto de uma universidade tecnológica. Vale destacar tal singularidade, visto que a escolha se refere à única universidade especializada por campo do saber no Brasil. Tal situação pressupõe compreender que o processo de acesso ao campo de pesquisa está atrelado a uma organização que se caracterizou historicamente pela sua vinculação aos cursos nas áreas de exatas e tecnológicas.

Considerando o percurso metodológico inicialmente previsto e a efetiva disponibilidade das docentes em participar do estudo, partiu-se do pressuposto de contemplar uma docente por Programa de Pós-Graduação existente na UTFPR de Curitiba. Deste modo, foram convidadas 15 (quinze) docentes, uma de cada Programa da UTFPR de Curitiba, reiterando que o Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Energia, até o presente momento, não possui docentes mulheres em seu corpo docente. Assim, antes da coleta de dados, realizou-se uma pesquisa em cada sítio dos PPG's para visualizar quem são estas docentes e, em seguida, os seus Currículo Lattes. Após esta sondagem, selecionou-se docentes cujas trajetórias permitissem estabelecer um corpus heterogêneo de modo a contemplar vivências pessoais, acadêmicas, de gestão, atuação política, tempo de atuação, pioneiras como mulher docente nos Programas, experiências internacionais e vencedoras de prêmios. Ao final desta análise, enviou-se uma carta via e-mail, formalizando o convite para entrevistá-las em local de suas preferências. Houve uma resposta rápida inicialmente de sete docentes logo nas primeiras semanas e as demais, por meio de novos contatos, retomando o convite enviado. Cabe informar que as dificuldades de retorno foram justificadas pelas docentes por motivo de agendas

sobrecarregadas de compromissos laborais e não por resistências de participação no estudo.

Considerando o recrutamento realizado, ao final, obteve-se o aceite para entrevista de 14 docentes na UTFPR, no horário escolhido por elas. Os Termos de Consentimentos exigidos pelo Comitê de Ética foram apresentados no momento da entrevista. Na ocasião, elas foram informadas sobre o objetivo do estudo, a não obrigatoriedade de responderem as questões caso não desejassem, bem como sobre desistirem de sua participação a qualquer tempo. A média de duração das entrevistas foi de 60 minutos.

Após a realização dos encontros, as entrevistas foram transcritas com recursos do Microsoft 365 e realizada a oitiva do material coletado. Tal processo foi necessário para a construção de quadros organizadores das categorias de análise. A partir da sistematização de tais quadros, estabeleceram-se os principais núcleos de sentido, cujas análises são expostas a seguir.

4.1 Trajetórias de Inserção no Âmbito da Pós-Graduação Stricto Sensu

A primeira seção deste capítulo analítico busca esmiuçar as inserções e trajetórias das docentes no contexto da pesquisa considerando a categoria analítica trajetória e inserção no contexto da pesquisa. Um primeiro elemento investigado diz respeito às influências e inspirações para as escolhas em torno da carreira acadêmica. Aspecto emergente das entrevistas com recorrência é o papel atribuído à família ou aos membros da família que já possuíam trânsito ou experiências no mundo acadêmico. Essas experiências são descritas nos excertos a seguir:

(...) Eu tive muitas oportunidades na vida, né? (...) E a minha tia, a mãe do meu pai, ela também era o que seria bióloga. Ela ainda estudou ciências naturais na época, e eu tinha um contato muito grande com ela. Então, acabei nesse desenvolvimento, né, do meu ser estar junto com a minha tia e me envolver com esses ambientes todos (Dorothy Vaughan⁸).

Outra docente também relata o envolvimento no mundo acadêmico através de seus familiares como referencial pela atuação de professores. A entrevistada menciona sua atuação antes mesmo de estar inserida na universidade:

⁸ Com intenção de manter a anonimização das docentes entrevistadas, foram utilizados nomes alusivos de cientistas nas informações coletadas durante a entrevista.

E apesar de vir de uma família de professores, assim, tinham vários professores e eu já dava aula de inglês. Então, eu tinha um contato com aulas (Pagu).

Excertos como esses auxiliam a compreender as relações do contexto familiar para as escolhas, aproximações com o campo profissional a partir de experiências anteriores, que podem estar associadas também a processos de produção ou reprodução de projetos e expectativas familiares mais amplas. Assim, a escolha da profissão possui uma perspectiva de sucessão quando a família está inserida em um ramo de trabalho durante muitos anos, havendo tensionamentos em seguir a mesma trajetória. Porém, também existem familiares que consideram suas atividades laborais com baixo valor social e que buscam influenciar a superação daquela realidade social (Bock; Furtado; Teixeira, 2001).

Deste modo, algumas das docentes ainda relatam que a sua inserção no contexto acadêmico e da pesquisa se deu pelo incentivo de familiares, mesmo quando estes não possuíam uma trajetória longa de escolaridade:

Meu pai era um grande incentivador. Embora ele só tivesse a terceira série, ele era um grande incentivador. Ele enxergava que, se a gente quisesse ter outras oportunidades na vida, a gente deveria estudar (Marie Curie).

Assim, é possível vislumbrar que, para essas famílias, há um imaginário no qual os estudos são uma estrutura de possibilidade de mobilidade social, bem como de emancipação e liberdade. Tais perspectivas encontram conexão com os ensinamentos de Paulo Freire, em seus escritos “Educação como Prática de Liberdade” (1967), no qual o autor descreve que a conscientização da opressão social é uma educação libertadora, obviamente com um senso crítico. Anseios como esses também são tributários das (re)existências de outras mulheres ancestrais de suas famílias. Exemplo disso, é o que aponta a pesquisadora sobre o incentivo aos estudos que recebeu pela sua avó:

Na realidade, eu fui criada pela minha avó. Minha avó era assim: uma pessoinha de 1 metro e 50, analfabeta. Mas que, justamente por ser analfabeta..., mas ser uma autodidata, ela incentivava muito os estudos! (Hipátia).

Importa destacar que, além de familiares incentivarem os estudos, o convívio e a experiência com docentes também foram essenciais para a escolha da profissão. Ainda, importa considerar o incentivo dos homens da família como

relevantes nas carreiras das docentes. Nesta perspectiva:

os meus pais deram bastante apoio (...), mas de fato foi o meu orientador que foi me encaminhando assim. Para isso, os meus pais me apoiam no que eu quisesse fazer, né? Mas o meu orientador foi me direcionando (Bertha Lutz).

Outra docente aponta que o estímulo para a escolha de sua carreira profissional foi através de seu professor ainda no Ensino Médio. Verifica-se como professoras e professores possuem um papel importante na vida de estudantes e como as metodologias aplicadas em sala de aula trazem benefícios ao ensinar para além de conteúdos práticos, como apontado pela docente:

Eu acho que eu tive um professor (...) que ajudou muito na escolha da área. Inclusive, eu queria fazer letras, né? Eu lembro que acho que acabei me aproximando desse... do professor nessa forma dele ensinar. E eu acho que teve estímulo de professores (Tarcila Rivera).

Os excertos acima possuem relação com as influências da inserção no campo da pesquisa a partir de vivências de práxis pedagógicas que se mostram repletas de sentidos. Porém, para algumas pesquisadoras, outro marcador relevante para a escolha sobre a profissão recai sobre as experiências vivenciadas no âmbito da formação no denominado Magistério. Apesar de tal modalidade de ensino estar relacionada com a docência e o campo acadêmico, não se pode desconsiderar sua bricolagem com os arquétipos e estereótipos relacionados aos papéis estabelecidos socialmente e historicamente para o feminino. Nesse sentido, campos como esse foram constituídos de forma a reforçar a divisão sexual do trabalho por meio dos trabalhos relacionados ao cuidado, às crianças e à reprodução das relações domésticas. Esses aspectos emergem nas entrevistas a seguir:

E eu era uma pessoa, assim, bastante tímida, então, eu fiz magistério. Até porque eu sou a sexta filha. Então, tinha 5 mulheres e um rapaz antes de mim (Marie Curie).

Uma outra entrevistada ainda aponta o incentivo, tanto de familiares como também de professores, para guiar seus estudos:

Pais e professores. Meus pais, lá atrás para fazer magistério, meus pais me incentivaram muito, porque eles achavam uma profissão muito adequada para uma mulher, ser professora. Achavam que era uma profissão bem boa e depois, a partir do ensino médio, incentivo de professores também, que me diziam que eu tinha perfil para professora, que percebiam nas apresentações de trabalho, ao auxiliar colegas em algumas disciplinas, percebiam essa... Como é que vou te dizer? Essa competência de que eu poderia me sair bem atuando como professora (Lélia Gonzalez).

A narrativa exposta anteriormente demonstra a racionalidade marcada pelas perspectivas do cuidado em torno de cursos como o Magistério, e também o seu elemento simbólico, tendo em vista a predominância de mulheres nas áreas dedicadas ao cuidado. Tal perspectiva é elucidativa quando verificados dados do Censo Escolar da Educação Básica, do ano de 2022, que aponta na Educação Infantil a existência de 96,3% de docentes do sexo feminino e 3,7% do sexo masculino (INEP, 2023).

Outra trajetória percebida das docentes entrevistadas diz respeito aos seus vínculos com a educação profissional e tecnológica. Algumas delas demonstram a verticalização de sua formação do ensino técnico para a graduação e pós-graduação. Todavia, há ainda como singularidade as vivências no bojo das próprias transformações institucionais da UTFPR. Isso significa dizer que algumas delas foram formadas pela então Escola Técnica, atuando como docentes desde o CEFET/PR, e acompanharam a expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no contexto da UTFPR. Tal trajetória é relevante, pois permite visualizar trajetórias pessoais e profissionais vinculadas à universidade:

Minha trajetória profissional é toda dentro da UTFPR. Deve ser uma coisa estranha para você, que é bem jovem. Mas eu entrei como aluna na UTFPR (...) assim que eu terminei o curso técnico (...) é, eu fui avisada pelos meus ex-professores que teriam um concurso, e aí eu vim, fiz o concurso. Eu estava com 19 anos na época (...) (Hipátia).

As trajetórias de formação no ensino técnico também se mostram marcadores importantes, ainda que não definitivos. É o caso da docente que ficou na dúvida da carreira profissional a escolher, porque, na UTFPR, ela estava vinculada ao curso técnico específico da área de exatas no qual também participava do time de basquete, além de apreciar o campo da música. Ela relata:

Eu cheguei a passar no vestibular na escola superior de música e tinha uma ideia de que eu gostava muito de engenharia, porque já fazia um curso técnico de eletrônica aqui e eu jogava basquete, era jogadora de basquete. Então, só estava em dúvida se eu faria esporte ou engenharia. Mas aí o meu técnico do basquete falou: “você quer música e esporte são realmente seus objetos de trabalho? Já pensou nisso como objeto de trabalho profissional ou isso é lazer?” “Aí eu falei, não, isso é lazer”. Então, eu resolvi por engenharia, porque engenharia seria a minha profissão, e aquelas duas coisas, lazer (Enedina Alves).

É interessante verificar no excerto acima o comentário realizado pelo técnico do time, que parece tensionar sobre a relação do esporte mais como lazer do que

profissão. O oposto ocorre em relação à engenharia, aparentemente vista pelo docente como algo que representa “objeto de trabalho profissional”. A inserção de tais mulheres como docentes da instituição está atrelada à consolidação e expansão do CEFET/PR. Como destacado anteriormente pelas autoras Muzi e Luz (2011), as décadas de 1970 até 2005, com o surgimento da rede CEFET, possibilitaram a expansão da atuação de docentes em graduação e pós-graduação, entretanto, inseridas em sua maioria nas áreas designadas socialmente para as mulheres, demonstrando a divisão sexual do trabalho. Elementos como esses estão presentes no relato a seguir, indicando que, diante da sua formação, existia pouca representatividade de colegas de estudo quando aluna e falta de colegas profissionais quando assumira o cargo de professora em sua trajetória:

Se eu tenho uma dificuldade, eu vou tentar sobrepujá-la. E, veja, eu vim de um...eu fiz um curso (...) em que eu era a única menina na turma. Nós éramos uma turma muito pequena. É 12, 13 alunos durante 7 períodos do curso, só no último período que eu fui para manhã e, daí, era uma turma maior. Mas, durante 7 períodos, como nós éramos muito poucos, nós éramos muito unidos, eu não tive essa dificuldade, nenhum tipo de dificuldade, porque, de uma certa forma, os meus colegas me protegiam (...) em relação aos professores do curso, eu também não tinha dificuldade, grandes dificuldades, porque, como única menina da turma, eu fui representante de turma, eu fazia esportes. Então, eu conhecia muitas pessoas e eu era bem acolhida por eles também. Quando eu comecei a dar aulas (...), eu também era a única professora. Pois é. Não fui a primeira professora, primeira professora mulher, porque nós tivemos uma outra professora que era de eletrônica. (...). E as poucas mulheres, nós éramos no curso em 5 ou 6 meninas, mas éramos, né! Eu acho que terminamos o curso em 3 meninas (Hipátia).

Apesar do acolhimento como aluna e docente no início da trajetória da entrevistada, percebe-se que no âmbito acadêmico existiam poucas alunas no curso realizado, sendo que, ao seu final, apenas a metade delas concluíram. Tal situação é problematizada nos estudos de Tortato (2014), ao indicar que tais ausências de representatividade corroboram para o reforço da ideia de que aqueles espaços não lhes pertencem, podendo repercutir para potenciais situações de evasão.

Outra professora também pontuou suas dificuldades relativas à trajetória e inserção no campo científico como docente por conta de desafios enfrentados por questões inerentes ao patriarcado, do machismo e da misoginia, que a fez pensar em desistir de sua carreira na vida acadêmica:

Então, mudei de cidade, fui sozinha para uma cidade nova, para uma profissão nova. Numa época que a gente tinha muita dificuldade de recursos. E, assim, os primeiros 6 meses da docência foram os piores da

minha vida. Porque eu tinha dificuldade de falar em público, então isso exigiu que eu me desenvolvesse. Também fui trabalhar num curso que tinha muita predominância de professores homens e eu era uma menina de 24, 25 anos e, no meio de um universo masculino, uma menina nova, trabalhando na graduação, sempre tinha um certo preconceito. E, de certa forma, a gente sempre tinha que provar muito mais que a gente era competente do que provavelmente os homens. Então, os primeiros 6 meses foram muito desafiadores. Pensei em desistir. Pensei que eu não ia dar conta. Chorei muitas vezes. Mas, passados 6 primeiros meses, eu perdi essa minha dificuldade de falar em público e comecei a me sentir mais segura para aquele ambiente. Começou a ficar mais fácil (Marie Curie).

O relato de Marie Curie mostra como a persistência da racionalidade orientada pelo patriarcado ainda existente no contexto universitário (Porto; Chaves, 2022). Partindo desta realidade, outro elemento chave de análise pretendida no estudo visou problematizar as trajetórias e inserções em diálogo com a Ciência. Quando questionadas sobre a inserção das mulheres na ciência, as entrevistadas, a partir de suas trajetórias e movimentos contemporâneos, demonstram otimismo:

Eu tive a oportunidade de mudar e, graças a Deus, eu pude mudar isso. Na visão de mundo das minhas filhas, alterar a visão de mundo, da minha família e, necessariamente, dos nossos alunos, das pessoas que a gente orienta, que a gente direciona para o desenvolvimento da pesquisa. Vejo que as mulheres ainda têm um desafio muito grande, mas eu enxergo com otimismo (Marie Curie).

Tal relato pode indicar algumas demonstrações de avanço da discussão e da inserção das mulheres em vários espaços da sociedade, mas reforça a necessidade e a tangibilidade de efetivas Políticas Públicas, para o alcance de condições como a equidade. No entanto, apesar de tais alcances, os limites se mostram muito presentes. Neste sentido, uma das docentes aponta a existência de assimetrias e aspectos imbricados aos processos do preconceito estrutural:

Existe realmente diferenças de áreas, mas muito em função, de sei lá, do preconceito, né? Da falta de incentivo das mulheres irem para determinadas áreas. Os meus pais nunca colocaram nenhum impedimento, ao contrário, “faça o que você quiser, o que você tiver vontade, você tem capacidade e pronto”. Então, eu recebi o apoio na família, nunca tive esse tipo de problema, mas você vê isso. Meninas que, por exemplo, tem um potencial muito grande para a área de exatas, mas elas são desmotivadas, pelo fato de, sei lá, os pais ou a sociedade classificarem a área como masculina e acharem que elas não vão conseguir render a mesma coisa ou serem reconhecidas, não é? Então é mais nesse sentido. Eu acho que isso é uma luta que a gente tem que ter todo dia para tentar mudar (Enedina Alves).

Tal relato vai de acordo com os estudos realizados por Léa Velho e Elena León sobre a aprendizagem em matemática (1998). Em suas elaborações,

problematizam sobre as dificuldades encontradas por meninas em matemática na sétima série escolar e uma escassez de metodologia apropriada para solução da problemática. Ao ampliarem os horizontes de análise, apontam que, diante desta realidade, os pais e professores parabenizam e encorajam os meninos. Como decorrência, terminam por reforçar estereótipos, à medida que o mesmo não ocorre sobre discursos de estímulos para as meninas. Isso promove conflitos com a identidade de gênero, e a área matemática passa a ser percebida por elas como “difícil” e “coisa de menino”. Com isso, as mulheres acabam sendo estimuladas a pensarem sua inserção profissional e acadêmica em áreas específicas, geralmente voltadas ao cuidado e ao contexto doméstico. Vale destacar que os estudos realizados pelas autoras foram realizados na década de 1990, porém, ainda se mostram muito alinhados ao contexto contemporâneo.

Ainda no âmbito sobre ciência, outra docente aponta a divisão sexual do trabalho como algo cultural. Para uma das entrevistadas, tal aspecto não se resume apenas ao espaço acadêmico, e, sim, ao espaço doméstico representado pela casa. Em suas vivências, consegue vislumbrar certas posturas na própria casa:

Eu acho que essa é uma questão cultural. (...) na nossa cultura, como ela foi construída e se é a única maneira ou se estava certo, ninguém sabe, mas é a mulher que ficou responsável por criar os filhos. Isso nas sociedades primitivas, praticamente todas as sociedades, pois é a mulher que dá à luz. Ela que amamenta, não é? Então, na nossa sociedade, é a mulher cuida da família, ela tem o perfil de cuidar, portanto, ela sim se dedica a ciência, ela consegue, mas ela tem duas atribuições. É muito comum da mulher trabalhar fora, é muito comum na minha casa, por exemplo, o (marido) me ajuda muito, mas quem é responsável pela casa, pela limpeza, embora ele ajude bastante, sou eu. E que diferença tem ele? Tem uma diferença: eu dou mais aula que ele e atuo na gestão. Essa é a diferença. Eu trabalho mais que ele e eu trabalho mais em casa. Então, é uma questão de cultura mesmo, não é? (Ada Lovalace).

A narrativa exposta anteriormente chama atenção pela consciência que a docente possui sobre a sobrecarga de trabalho. O relato é provocativo ao tensionar as reflexões elaboradas nos estudos de Saffioti (1987). As críticas da autora recaem justamente na existência de uma perspectiva que aponta uma identidade construída socialmente para as mulheres, assim como para os homens, delimitando com bastante precisão os campos que mulheres e homens podem atuar. Neste sentido, as mulheres em suas trajetórias acabam perpassando por vários enfrentamentos sociais, como discursos sexistas apontados pela pesquisadora Hildegard:

A minha área tem um problema seríssimo de machismo. Isso por questões históricas. Então, a (área), ela sempre foi majoritariamente representada por homens. É claro que nós tivemos ótimas cientistas mulheres, mas os que mais se destacaram são os homens. E eu vejo o reflexo disso nas reuniões. Quando você precisa manifestar a sua opinião, o desconforto das outras pessoas. E ter que ouvir a sua opinião (...) ou quando tem que atribuir uma função: "Ah, mas ela não pode, porque ela tem um filho". Então, ainda tem esse tipo de conversa (Hildegard).

O relato acima é muito importante em termos de análise. Verifica-se que, no âmbito da inserção e trajetória acadêmica, bem como, dos diálogos sobre a ciência, as vivências sobre as assimetrias e desigualdade de gênero são recorrentes. Seja por aspectos relacionados à invisibilidade da contribuição do feminino para o desenvolvimento científico, seja sobre as relações entre o trabalho e a maternidade. Deste modo, percebe-se, nessa narrativa, como a maternidade é um elemento significativo na trajetória profissional das mulheres e como está presente inclusive nos espaços do trabalho. Isso significa também considerar um aspecto relevante no contexto dos estudos sobre gênero, qual seja, a perspectiva muitas vezes verificada de um processo de controle sobre a vida reprodutiva das mulheres que se dá, em muitos casos, na esfera pública, o que não ocorre em relação ao contexto masculino.

Se tais aspectos são verificados no âmbito do trabalho, no desenvolvimento das entrevistas, a relação entre a perspectiva delas sobre ciência e a relação sobre a elaboração de políticas para tal segmento também foi objeto de investigação. Deste modo, considerando a experiência relatada anteriormente, as entrevistadas foram questionadas se fazia alguma diferença o espaço decisório sobre as políticas públicas com foco em ciência e tecnologia serem ocupados por homens. Tal indagação repercutiu em respostas consistentes, tendo em vista que todas apontam que sim e ainda afirmam:

Se você não tem a diversidade, você não tem a visão do outro, entende?
(Conceição Evaristo).

Além disso, outra docente aponta a necessidade da diversidade em todos os segmentos dos espaços de elaboração das políticas:

Na realidade, assim, não só política de ciência, tecnologia, como política em geral. Eu acho que precisa ter mais mulheres sendo representadas nos jornais, várias instâncias (Hannah Arendt).

Assim, percebe-se a necessidade de existir uma diversidade em todos os campos sociais, sobretudo na universidade pública, com inclusões democráticas e exemplo de postura ética diante da sociedade brasileira. Pois, apesar da Constituição Federal Brasileira de 1988 prever direitos e obrigações de forma igual entre homens e mulheres, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 consagrar a igualdade de gênero, há desafios a serem superados. Além disso, um dos objetivos da denominada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da qual o Brasil é signatário, é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (Mundo, 2016). Contudo, a realidade brasileira e global é a de que as mulheres ocupam nos cargos de liderança na área de Ciência e Tecnologia apenas 2% (Bello; Estébanez, 2019). A dificuldade em relação à pouca representatividade reside principalmente no fato de que as potenciais políticas públicas para a Ciência e Tecnologia, principalmente elaboradas pelos representantes do patriarcado, terminam por reforçar aspectos históricos que só ampliam ainda mais as assimetrias.

Exemplo disso são as circunstâncias relativas à licença maternidade. Apenas recentemente as licenças maternidades foram incluídas em espaço específico para registro no Currículo Lattes. Todavia, há que se mencionar que se trata de um movimento muito limitado, porquanto, apesar da possibilidade inaugurada de registrar o período da licença, tal aspecto não implica em outros efeitos mais efetivos, como, por exemplo, para processos de avaliação. Além disso, há que se debater com maior condição e a partir de efetiva participação das mulheres questões sobre as relações entre o trabalho acadêmico científico e a maternidade, questões afirmativas, sobrecarga e acúmulo de jornadas de trabalho, além de acesso a recursos e redes de apoio que são fundamentais para o contexto das trabalhadoras em questão. A definição das agendas da educação superior e também da pós-graduação elaboradas apenas a partir de interesses e relações de poderes alicerçados no patriarcado desconsideram as situações singulares que precisam ser consideradas em conjunto, como os processos de parametrização sobre pontuação e produções científicas no período da licença-maternidade e após seu período. Ainda, há que se verificar as assimetrias relativas ao acesso de recursos e bolsas, por exemplo, fundamentais para garantir condições de pesquisa.

Tais argumentos apontados sobre a licença-maternidade e a carreira científica são mobilizados, tendo em vista a progressão da entrada de mulheres no Ensino Superior, sendo que elas chegam a ocupar 55% de bolsas de iniciação científica. Entretanto, existe uma queda de números de mulheres, ao passo que avançam na carreira científica. Tal situação ocorre pelo chamado “efeito tesoura”, que ocorre quando as mulheres retrocedem na esfera acadêmica, consistindo na redução de pesquisadoras do mestrado ao doutorado e da progressão como docente em instituições. Destaca-se que as mulheres estão em igualdade no quesito de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado, no entanto, existe uma queda de número de mulheres quando é considerada a bolsa produtividade, sendo que essa bolsa é destinada aos pesquisadores com uma carreira consolidada. Portanto, existe uma carência de mulheres no topo da carreira científica (Parent Science, 2023).

Ressalta-se que, apesar da falta de representatividade de mulheres como líderes de Políticas Públicas, elas estão aos poucos conquistando seus espaços no âmbito da política de Ciência e Tecnologia. É o caso da nomeação de Luciana Santos como chefe do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada por Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil, em 2023. E outro nome de destaque é a presidente da CAPES, Mercedes Maria da Cunha Bustamante, que tem conduzido a coordenação de forma a incluir pautas e agendas específicas, tanto para mulheres quanto para outros grupos mais vulneráveis à racionalidade das políticas impostas historicamente. Interessante também mencionar o movimento vivenciado no âmbito da UTFPR, tendo em vista que, atualmente, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação é ocupada por uma docente.

Além disso, discutir sobre o contexto da ciência na perspectiva das docentes repercute também na sua conversão em elementos objetivos e expectativas pragmáticas de como tal ciência se consolida. Neste sentido, as participantes foram indagadas sobre como verificam a distribuição de recursos (bolsas, projetos financiados, bolsas produtividades). Tal temática foi problematizada a partir das potenciais singularidades estabelecidas em relação ao trabalho feminino na ciência, visto que, para haver uma diversidade em todos os espaços da sociedade, é necessário haver equidade de gênero. Assim, uma das pesquisadoras expõe:

Bom, embora a gente trabalhe na base dos editais e o edital, ele não vê, no edital, ele não vê cor, não vê raça, não vê gênero, nem nada, ele é baseado em critérios objetivos. Se bem que parte muitas vezes esses critérios objetivos são feitos por um grupo muito seletivo. Ainda não está tão diverso (...)O que a gente vê mais é isso, é que parece ser, parece que a gente tem ainda bastante homens com mais apoio para fazer o trabalho. Parece que essa liderança masculina, essa, essa coisa se concretiza também um pouco nessas bolsas, assim, sabe, a gente observa (...) (Conceição Evaristo).

A docente segue expondo o otimismo de ver as mulheres avançando na ciência. Aponta que, em sua perspectiva, verifica a UTFPR como um espaço com menos assimetrias em relação às concorrências próprias do setor privado. Ainda, afirma que o sujeito é promovido não por interesses particulares, mas por realizar concurso público:

Mas as mulheres também estão movendo seus espaços, elas estão correndo atrás, elas competem. Numa universidade como a nossa, por exemplo, que os espaços são mais equilibrados. Você não é promovido, por ser homem ou mulher como a gente viu ali nas discussões (...), Mas eu digo assim, se fosse um setor privado ou que dependesse muito de critérios subjetivos, os homens iriam sair sempre na frente (Conceição Evaristo).

Diante desta realidade, sobre tal categoria analítica relativa às trajetórias, inserção e perspectiva sobre a ciência, é possível compreender o incentivo importante do núcleo familiar e das experiências docentes para a escolha da profissão das pesquisadoras, apesar de alguns familiares não possuírem escolaridade longa e reproduzir discursos simbólicos, discursos estes presentes até os dias atuais. Assim, algumas de suas trajetórias tiveram início no magistério, algumas inclusive na Escola Técnica do Paraná, porquanto elas apontam a realização de concurso e a continuidade de suas carreiras quando a Escola se tornou CEFET.

Neste sentido, também se perguntou se as docentes passaram por alguma situação singular no processo de orientação de pesquisa e de apoio nas trajetórias destas pesquisadoras, especialmente de trajetórias orientadas também por mulheres, no que se refere à formação de potenciais “herdeiras”. Por herdeiras, compreende-se também a relação de continuidade e perpetuidade, referente a egressas que assumiram espaços de pesquisas constituídos. Elas deram seguimento aos grupos de pesquisa, por exemplo, diante de aposentadorias ou

afastamento da vida acadêmica de suas formadoras. Diante deste questionamento realizado durante a entrevista, ela relata:

Na verdade é... da trajetória como um todo, hoje eu tenho alunos meus que foram do curso técnico, que já foram meus chefes de departamento, são pessoas que já tem pós-doc.(...) Então, uma evolução muito longa. Mas, assim, na atualidade, sim, eu tenho alunos que continuam fazendo pesquisa, nem sempre pesquisa na mesma área, porque acaba que eu vou até o mestrado, né? E aí, no doutorado, eles vão, às vezes, migrando para área do novo orientador, mas tem alunos que já fizeram estágio, vários alunos meu, estágio fora do Brasil, na Alemanha, (...), em vários lugares (Conceição Evaristo).

Destaca-se a persistência das alunas na tentativa de obter bolsas de estudo fora do país e como o apoio e a acolhida das docentes foram essenciais para suas formações:

É, eu tenho várias herdeiras. E eu confesso que eu tenho muito orgulho dessas minhas herdeiras. (...) Eu tenho, assim, muito orgulho quando eu falo das minhas egressas (Hildegard).

Nota-se o entusiasmo das docentes quando falam de alunas egressas ou alunos egressos. Além disso, destaca-se a importância dessas pesquisadoras na trajetória das alunas, incentivando-as a dar continuidade em seus estudos e ocupar espaços que historicamente foi dominado pelo público masculino. Ainda, destaca-se a representatividade destas professoras e o olhar singular delas com as estudantes por saber o caminho árduo que as mulheres ultrapassam no âmbito acadêmico.

Apesar de todos estes desafios, elas veem com otimismo as mulheres ocupando espaços na ciência. Porém, compreendem que a lentidão da inserção das mulheres na ciência é profundamente afetada pela divisão sexual do trabalho e a falta de representatividade de mulheres historicamente em certas áreas. Estes fenômenos acabam refletindo nos espaços de trabalho e nos discursos sexistas percebidos. Deste modo, elas acreditam na necessidade de representatividade para conduzir a Política de Ciência e Tecnologia, tendo em vista a necessidade do olhar atencioso e representativo destes grupos.

4.2 Vivências no contexto da Pós-Graduação brasileira e a relação vida pessoal e trabalho.

A presente categoria de análise se debruça nas vivências das docentes no contexto da Pós-Graduação e a relação com a vida pessoal e trabalho. Para tanto,

são trazidas algumas perspectivas da atuação profissional e de como dialogam com as questões de vida pessoal e trabalho. Assim, um primeiro elemento chamado à discussão diz respeito às suas vivências no âmbito de experiências com exercício profissional e experiência em cargos de direção ou coordenação. Tal interesse emerge da compreensão da relevância de ocupar postos ou funções com perspectivas decisórias e, ainda, em analisar nesta categoria a relação das demandas do trabalho em cargos de liderança com a vida pessoal. Para o contexto que se pretendeu analisar, investigou-se sobre orientação de alunos, se possui bolsa de pesquisa, liderança de Grupo de Pesquisa e a experiência das docentes em cargos de liderança ou chefia (chefe de departamento, líder de área, coordenação de programa). Diante das respostas, percebeu-se que um espaço privilegiado de autonomia se estabelece no contexto dos grupos de pesquisa, tendo em vista que grande parte delas lideram seus grupos ou, ainda, são participantes de outros grupos de pesquisa:

Sim, eu faço parte de alguns grupos de pesquisa e lidero um grupo de pesquisa (Ada Lovalace).

Além desta atividade de liderar e participar de grupos de pesquisa, as docentes assinalam as atividades de orientação de TCC's, dissertações de mestrado e teses de doutorado, como aponta a Bertha Lutz, quando questionada sobre o trabalho de orientação atualmente:

Acredito que seis alunos da graduação, orientando TCC e iniciação científica. E atualmente eu tenho dois alunos da pós-graduação regulares, então oito alunos (Bertha Lutz).

Neste sentido, a pesquisadora Tarcila Rivera ainda relata o grande número de orientações e participação de bancas, participação em comissões, havendo o desenvolvimento de muitas atividades no campo científico, mesmo próximo da sua aposentadoria como docente da universidade:

Olha, eu oriento muitos alunos. (...) Sempre tive envolvimento em várias comissões. A gente sabe e até pela minha trajetória de vida, sei quanto que é difícil conseguir uma vaga, né? Por vários vários anos que estava ali. Às vezes, quando sobrava alguma vaga, acabava assumindo e sempre fui uma orientadora com um monte de orientandos. (...) como estava me aposentando, eu peguei um número maior porque estava sobrando vagas ali no Programa, mas eu acho que eu tenho 8 alunos atualmente (Tarcila Rivera).

Nota-se que, apesar de uma vasta carreira profissional diante da

universidade, a docente Tarcila Rivera, mesmo próximo de sua aposentadoria, demonstra que não diminuiu sua carga de trabalho. Quando realizada a pergunta posterior sobre possuir Bolsa de Pesquisa (Araucária, CNPq, CAPES), seu relato demonstra desânimo pela necessidade de maior dedicação e ampliação da tarefa, tendo em vista as contrapartidas exigidas pelos órgãos de fomento:

Não, na verdade, eu nunca fui atrás de bolsa de produtividade (...) Até mesmo algumas experiências de alguns docentes que tinham essa coisa do dos relatórios que tinha que fazer... a princípio, me pareceu que era algo, né? Era algo a mais, né? Que não me cabia ali dentro da minha. Não sei. Minha área" (Tarcila Rivera).

Neste contexto outra docente aponta como motivo de não buscar a bolsa da produtividade a exaustão, mesmo sabendo da possibilidade de participar das chamadas públicas.

De produtividade não, não possuo e não tentei. Deveria ter tentado esse ano, mas não tive fôlego. Acho que eu tenho no momento... eu tô podendo concorrer, antes eu não podia no sentido que eu não tinha estofo de artigos (Ada Lovalace).

O relato sobre a exaustão é interessante de ser esmiuçado. Verifica-se que a atuação das docentes se soma às várias dimensões de atuação, tendo em vista que, além das funções que ocupam na Pós-Graduação, dedicam um tempo considerável também nas aulas de Graduação. Ao mesmo tempo, no relato anterior exposto, parecer existir uma contradição. Ainda que consciente de sua exaustão frente a tantas outras demandas da vida pessoal e familiar, do trabalho, considerando atividades de ensino, pesquisa e gestão, ainda assim ela estabelece um processo de obrigação a qual deveria ter se dedicado. Tal excerto é proveitoso para visibilizar os processos de exigência e de cobrança às quais as próprias pesquisadoras se submetem.

Em sentido próximo, por relatarem as diversas demandas que possuem, como a liderança nos grupos de pesquisa, orientações de TCC's, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de participação de bancas, foi questionado às docentes como encontra-se a produção científica delas:

Diria que atualmente ela reduziu bastante (...). Nós temos um programa bem grande, eu não tenho a Secretaria. (...). Quem acaba produzindo são os meus alunos. Então a nossa produção sai conjunta. Eu mesma já faz um tempo que eu não produzo nada sozinha. Então eu tive a publicação de capítulos de livros, tive publicação de artigos em revistas e congressos. Mas é devido ao meu trabalho com essas e esses meus orientandos. Então

minha produção depende muito da produção deles. Eu estou muito associada a eles (Dorothy Vaughan).

Percebe-se a importância do vínculo de professores e orientandos para a construção de trabalhos científicos, inclusive para a produtividade das docentes, por se sentirem geralmente pressionadas em produzir como expõe:

Isso é uma questão estrutural brasileira mesmo, universidade pública. É, existe uma demanda de que se faça muita coisa e pesquisa. É algo que precisa ter tempo. (...) vários erros que tem é toda a cobrança de produção, que é uma cobrança quantitativa e não qualitativa, porque às vezes a pessoa pode escrever um artigo em 5 anos, artigo que traga muita coisa nova. E tem essas pessoas que ficam assim, se eu não publicar pelo menos 3 artigos em revistas fortes por ano, eu não sou uma professora. Isso pra mim já é contra a ciência (...) (PAGU).

Neste sentido, percebe-se uma crítica da docente ao processo de avaliação da Pós-Graduação nacional, fundamentada na necessidade de produzir artigos científicos frequentemente e em revistas específicas sem levar em consideração a qualidade destas pesquisas. Caso não realize estas demandas, a mesma expõe as pressões colocadas sobre sua profissionalidade como professora e pesquisadora. Realidades e pressões como essas são significativas quando analisadas no bojo da racionalidade produtivista, que se engendra no nível de pós-graduação como um todo.

Deste modo, há que se criticar movimentos nos quais a produtividade, o alcance de indicadores, rankings e critérios de internacionalização tem sido muito mais privilegiados em termos quantitativos do que qualitativos. Tais ocorrências também são identificadas de forma crítica pela autora Silva (2014), apontando que a lógica de uma carreira científica promissora se sustenta em pesquisar e publicar com a finalidade de obter recursos financeiros. Esse processo se vincula às necessidades de os cientistas produzirem cientificamente e serem reconhecidos pelos seus Currículos Lattes, “constituindo o campo científico como um espaço de disputas teóricas, rivalidades, cobranças, reproduzindo o sistema cultural que, geralmente, é compartilhado pelos sujeitos que deste campo participam” (Silva, 2014, p. 459-460).

Assim, o próximo relato ainda expõe que estas publicações pesam muito no currículo profissional, além de haver um vínculo com a avaliação dos Programas de Pós-Graduação:

na última avaliação, eu fiquei no limite inferior da minha pontuação. Então você fica pensando assim, não só a avaliação do programa, que é o que vai fazer a diferença entre manter ou não te manter na pós-graduação. Mas porque todos os editais, para bolsa, edital para poder submeter projeto, tudo vai ser pontuado no teu currículo, pesa muito a pontuação do seu currículo. Então você se sente pressionada, cobrada, fica lembrando disso: tenho que publicar e tenho que publicar (Lélia Gonzalez).

Os excertos acima possuem relação com os dados de distribuição de bolsas PQ vigentes em julho de 2023, sendo que os homens possuem 10.208 bolsas e as mulheres, 5.642. Essa realidade não condiz com a quantidade de docentes mulheres nos Programas de Pós-Graduação brasileira, que é de 42%. Os dados da baixa participação das mulheres nas bolsas têm como motivo a baixa taxa de submissão e aprovação (Parent In Science, 2023). Isso pressupõe através dos relatos a excessiva carga de atividades desenvolvidas pelas pesquisadoras. Neste sentido, uma das docentes expõe as dificuldades de participação de editais:

Agora mesmo está aberto o Edital do Universal, do CNPq (...) só que é muito difícil. Porque às vezes você tem que concorrer, dependendo da instituição que você está, você acaba fazendo, tendo que assumir muitas coisas, condições, muitas coisas e às vezes você não consegue produzir como deveria, principalmente se você não tem alunos (Marielle Franco).

Percebe-se também uma preocupação da docente em precisar de alunos para alavancar suas produções científicas e, ao mesmo tempo, a acumulação de funções de trabalho que, inclusive, encontra-se presente na pergunta em relação às experiências em cargos de liderança:

Você acaba acumulando as funções, então você assume a função de gestão, mas eu continuo sendo professora da graduação e continuo sendo professora da pós-graduação, orientando alunos. Você reduz um pouco essas atividades, mas você tem que ter essas atividades também, não é? (...) Então, é um cargo relativamente tranquilo, sabe? (...) Não é assim um cargo muito estressante, pelo menos pra mim é assim. Mas, assim, as funções, principalmente de orientação, as funções de pesquisa, são as funções que mais são prejudicadas, porque acaba que a parte administrativa toma muito desse tempo (Bertha Lutz).

O contexto de haver muitas demandas também é presente na narrativa da docente Ada Lovalace. Contudo, ela traz uma informação que chama atenção, que é considerar que seu perfil talvez não seja “o bastante para atingir o objetivo desta pesquisa”. Por considerar que não possui a maternidade como vivência em seu cotidiano, justificando a entrada no âmbito da pesquisa quando seus filhos eram adultos, ela acredita que é diferente para mães com filhos pequenos. Além disso, relata a carga horária exacerbada realizada por ela quando coordenadora:

Desde logo, do início, eu fui para a gestão. E eu não pedi em nenhum momento redução de carga horária, nem quando eu era coordenadora. (...) Agora, por exemplo, estou aqui e também não pedi redução de carga horária, estou com 12 aulas (...) meus filhos são grandes, é diferente de uma mulher que tem filho pequeno (Ada Lovalace).

É exatamente neste ponto que se localiza o objetivo do presente trabalho: a pesquisa busca analisar de forma ampla as vivências das docentes em sua trajetória no contexto da universidade pública brasileira. Neste sentido, importa destacar que, apesar das mulheres no 2º trimestre de 2023 representarem 51,7% no mercado de trabalho (IBGE, 2023), em 2022, dedicaram-se 9,6 horas por semana a mais que os homens nas atividades doméstica e cuidado (Nery; Britto, 2023). Elas possuem várias jornadas de trabalho e responsabilidades dentro e fora de suas casas, tendo que lidar com todas as demandas e as exigências pela sociedade em realizar tudo com excelência. Ante o exposto, é possível estabelecer alguns diálogos entre as vivências relatadas e as intersecções entre trabalho e vida familiar.

Em relação a tal unidade de análise, as principais dificuldades enfrentadas na vida profissional, motivadas pela vida pessoal das docentes, consiste nos desafios em realizar as atividades atinentes aos denominados papéis sociais que residem nas expectativas sobre o trabalho e a vida pessoal.

A docente relata apontando sobre a necessidade de apoio institucional relacionado à maternidade:

E assim, como na estrutura da universidade brasileira, ninguém quer saber se você tem (...) filhos pequenos. No mestrado, doutorado, ninguém quer saber disso. Na verdade, você vai ser tão cobrada quanto você seria se você não tivesse problema nenhum. Então, de certa forma, eu evitava de trazer essas questões como justificativa até às vezes, quando estavam doentes, era inevitável, mas assim eu procurava evitar e trazer essas justificativas, porque senão, também começa aquela questão, você começa a ser discriminada, até porque você tem filho pequeno. Então, eventualmente tem uma oportunidade e as pessoas dizem: Ah não! Você tem filho pequeno. Mas eu tenho que decidir se eu posso ou eu não posso (Marie Curie).

Os excertos acima possuem relação com o relato da entrevistada Hildegard, na categoria de análise anterior, quando apontou que em sua trajetória profissional presenciou comentários sexistas. Tais realidades são explicadas pelo fenômeno “teto de vidro”, na qual as mulheres mesmo qualificadas são impedidas de ascender na profissão por práticas discriminatórias, conflitos entre trabalho e vida familiar que obstruem a produzir tanto quanto aos homens (Velho; León, 1998).

Neste contexto, uma das entrevistadas relata o receio na época de tentar entrar no doutorado pelo fato de estar grávida durante o processo de seleção e que não possuía uma perspectiva de conseguir a aprovação por este motivo. Todavia, foi aceita e seu filho estava presente nas pesquisas desenvolvidas no campo de pesquisa, como ela apresenta:

Tudo isso aconteceu. Eu até fiquei bastante surpresa que quando eu fui fazer a minha entrevista no doutorado, eu estava grávida, estava com barrigão. Estava para ter o filho e aí eles me aceitaram. Mesmo assim eu fiquei super feliz que me aceitaram e eu fiz o doutorado em 4 anos, não precisei de prorrogação (Dorothy Vaughan).

Ainda, a pesquisadora aponta que, para sua inserção no campo científico, recebeu muito apoio dos familiares e que sua tia, que além de inspirá-la a escolher a profissão, foi a pessoa que cuidou de seu filho para que pudesse estudar. Tal relato é importante, ao considerar a relevância das redes de apoio necessárias para dar suporte ao contexto do trabalho, da formação e das próprias demandas relacionadas à maternidade e cuidado. Sobre tal aspecto, ressalta-se também que não se pode considerar apenas as redes de apoio na sua dimensão privada, como a família, por exemplo. Há que se reivindicar também o suporte de redes de apoio inerentes ao contexto do Estado e da dimensão pública necessárias como políticas públicas, que compreendam a complexidade da conciliação do trabalho e da vida familiar. Exemplo disso diz respeito ao contexto da educação infantil, da disponibilidade de vagas em creches em horários que se alinhem às demandas das mulheres:

(...) eu tive muita ajuda da família, então essa é minha tia que sempre me incentivou, ela cuidou do meu filho, ela se aposentou. E foi ela que cuidou do meu filho para eu poder estudar (Dorothy Vaughan).

Quando questionadas sobre a conciliação da família/vida pessoal e o trabalho e se já recusou algum cargo ou outra oportunidade de trabalho (como trabalhar em outra universidade ou estudar no exterior) por dificuldades em conciliar família e trabalho, uma das pesquisadoras relatou que já perdeu oportunidade e que se arrepende por esta escolha:

(...) quando logo que iniciou o programa de Curitiba e que eu concluí o doutorado que eu tive o convite para ir para Curitiba e pesou, né? Pesou a proximidade com a família. Pesaram várias coisas, eu acabei optando por continuar na minha cidade e me arrependi, confesso a você, que me arrependi (...) as questões de gênero, não sei se você tem irmãos, Claudiane, mas eu sou a filha mais velha, a única mulher e a mais próxima que estava mais próxima dos meus pais, na época, e hoje da minha mãe, então meus irmãos são casados, moram mais longe e eu percebo. Então

não é só uma questão de trabalho, é toda uma questão cultural, familiar. Assim, eu percebo isso, essa coisa de que parece que você é mais responsável do que eles por você ser mulher, não sei também se a gente não acaba assumindo isso, porque é muito cômodo ter alguém que faz as coisas. Então, bem, a gente vai fazendo e eles vão se acomodando (Lélia Gonzalez).

Neste contexto, verificamos o tensionamento da docente em ter que cuidar de seus familiares por ser única filha mulher. Como anunciado por Hirata (2010), o Brasil possui a rede familiar como predominante aos cuidados, e que os membros possuem esta responsabilidade, sobretudo, as mulheres (Hirata, 2010). Em relação às questões do cuidado, é importante também salientar que tais atribuições estão para além dos aspectos inerentes à maternidade. Dimensões como essas são perceptíveis na dinâmica de vida de docentes que, apesar de não possuírem filhos, em muitos momentos, precisaram abdicar de outras intenções relacionadas à carreira como pesquisadoras em virtude de exercerem papel de cuidadoras de membros da família, como pais, irmãos, sobrinhos, sogros, dentre outros. Tal realidade foi fortemente visualizada também no bojo da pandemia da Covid-19, especialmente enfrentada ao longo dos anos de 2020 e 2021, que trouxe mudanças drásticas nas vidas de docentes de forma repentina e a necessidade de adaptações com as novas formas de ensino remoto. Tal ocorrência produziu uma sobrecarga de trabalho, principalmente para as mulheres pela soma de afazeres domésticos e a responsabilidade com os filhos (Nascimento; Almeida; Granja; Helal, 2021).

Outra docente também aponta a perda de oportunidade em estudar no exterior pela dificuldade em conciliar as demandas com o filho:

Sim, essa situação do visto, não é? Eu gostaria de levar meu filho junto e aí a justificativa para eles negarem foi que a minha bolsa e o meu salário não seriam suficientes para pagar as despesas lá, porque a Inglaterra na época, a libra estava bem alta. E assim, na época fiquei chateada, mas na verdade eles tinham razão. Ia ficar bem complicado porque o aluguel da residência, da universidade era muito caro. Eu ia colocar ele na escola pública lá, mas mesmo assim, o transporte, seguro, saúde, ia ficar tudo bem caro (Hildegard).

Nota-se que os valores das bolsas de estudo encontram-se desfavoráveis. Assim, as pesquisadoras-mães que necessitam levar seus filhos e familiares junto ao território que pretendem realizar os estudos enfrentam desafios. Apesar do valor da bolsa de estudo, pressupõe que isto não supre a vida desses sujeitos no exterior e dificulta a expansão das mulheres em ocupar espaços que geralmente são

ocupados por homens. Neste contexto, o governo possui a responsabilidade de aumentar “os seus investimentos sociais em infraestruturas básicas e medidas para conciliar o trabalho e as responsabilidades familiares”, garantindo que o trabalho de cuidado seja equitativamente compartilhado por homens e mulheres (OIT, p.11, 2016).

Outra questão levantada é se houve algum tipo de conflito com familiares ou filhos(as) devido à dedicação intensa ao trabalho. Sabe-se que a dinâmica da pesquisa implica em viagens para eventos e pesquisas de campo, além de muitas horas dedicadas à leitura e ao computador ou no ambiente de pesquisa. Diante das respostas, as docentes apontam as reações dos filhos em relação à percepção sobre suas rotinas de trabalho, como, por exemplo:

Recentemente, não, faz 1, 2, 3 anos, eu ouvi minha filha conversando com os amiguinhos dela e aí ela falou para os amiguinhos que eu era uma “workaholic”, uma viciada em trabalho. Aquilo me assustou, porque eu nunca tinha me ligado nisso, não é? (Enedina Alvez).

A outra docente relata uma situação inesperada manifestada por sua filha:

(...) minha filha me fez assinar um termo, ela era bem pequena. Ela disse: Aqui mamãe, você assina aqui. Você nunca mais vai viajar por mais de 30 dias sem me consultar (Hannah Arendt).

Tais relatos demonstram a cobrança da presença pelos filhos e que muitas vezes não é exposto, como narrado pela docente Enedina Alves. Situações emblemáticas como esta podem percorrer junto com o sentimento de culpa e frustração das docentes em considerar não serem capazes o suficiente em realizar seus trabalhos com excelência. Sendo que as sobrecargas são estabelecidas pela sociedade patriarcal, que estabelece demandas doméstica e de cuidados como algo naturalizado, além da desvalorização social destes campos (Saffioti, 1987).

Considerando as relações entre trabalho e vida familiar, buscou-se também averiguar potenciais repercussões sobre a esfera laboral. Para tanto, foram realizados alguns questionamentos sobre a interação e o apoio percebidos. Uma síntese elaborada a partir das entrevistas apontam para a necessidade de repensar as condições do trabalho a partir da existência das várias jornadas de trabalho que possuem:

Fora daqui, eu sou casada e sou mãe. Então, a dificuldade maior é você conseguir realizar todas as tarefas bem. Todas as tarefas com excelência (Bertha Lutz).

Tais realidades deste elemento reforçam as discussões verificadas anteriormente. É fato a existência simbólica e concreta de cobranças estruturais, que contemplam desde a produção científica e, ao mesmo tempo, as docentes possuem trabalho fora da universidade, com os cuidados dos familiares, filhos e o trabalho doméstico. Entretanto, é importante salientar que ainda não estão isentas de enfrentarem preconceitos no âmbito do trabalho, como outra dificuldade profissional:

As minhas opiniões, os meus pareceres, mesmo que eu esteja correta, eles nem sempre são aceitos (Hildegard).

Partindo desta realidade perguntou-se sobre a interação entre os colegas e potenciais experiências hierarquizantes no ambiente de trabalho. Alguns relatos indicam atitudes por decorrência de estereótipos de gênero:

As primeiras vezes que eu assumi o cargo, de eu estar no meu papel de chefe de departamento, e alguém chegar e dizer assim, “olha eu gostaria de falar com o chefe” e eu ter que dizer, olha, o chefe sou eu. Já me aconteceu de, por exemplo, estar num grupo de trabalho e alguém, num cargo menor que eu, querer que eu fizesse a ata ou achar que era a minha obrigação reservar a sala. E eu tive que dizer “olha, não faço a ata porque a minha letra é feia”. (...) não que eu tivesse algum problema com reservar a sala, mas por entender que era uma atitude sexista. Veja o cafezinho, a ata, a reserva das salas (...) (Marie Curie).

Tais experiências são consequências de um perfil de mulher construído socialmente e culturalmente, na medida em que a sociedade espera que as mulheres sejam submissas e passivas, características que dificultam a realização das atividades delas desenvolvidas nos cargos de liderança e chefia (Saitovitch, 2006). Assim a sociedade espera que as mulheres sejam as eternas secretárias, copeiras e cozinheiras tendo como vínculo sempre suas atividades nestes âmbitos, mesmo que elas entejam inseridas em cargos superiores aos homens.

Por outro lado, algumas docentes relataram a recente percepção destas atitudes, como apontado por Dorothy Vaughan:

Eu diria que há uns 6 anos atrás que comecei a ter uma percepção melhor dessa situação. Então, a gente realmente tem que começar a conversar mais. Porque, assim, quando você cresce nesse meio, você não percebe (Dorothy Vaughan).

Tal relato merece destaque por perceber que tal resposta é realizada por algumas docentes mais experientes no âmbito da ciência. Isso revela o quanto as discussões em relação às pautas de grupos na sociedade são importantes para o avanço em espaços com equidade.

Outra pesquisadora aponta que, por vir da área das ciências exatas, teve que presenciar situações constrangedoras:

Acho que, até um ponto a colocar, eu fiz curso de (área de exatas) e tu tem muita coisa que a gente aprende a lidar com aquela situação. Que não deveria ser o normal. Mas que a gente acaba naturalizando (Hannah Arendt).

Tendo em vista as variadas narrativas das docentes que trazem elementos importantes de sua inserção e trajetória na vida acadêmica, envolvendo a sobrecarga de trabalho com as jornadas dedicadas ao cuidado de familiares e o trabalho na universidade é que se propôs perguntar como verificam a organização do trabalho e o apoio no contexto do trabalho realizado pelas mulheres na pesquisa. Diante das respostas, elas indicam que observam alguns avanços com o tempo, conforme descrito a seguir:

(...) tenho notado melhoras. No começo, achava bastante resistência, mas assim só pra dar um exemplo, em reuniões de colegiado, de departamento que a gente, percebe que eles não deixam a moça, as mulheres falar, não tem muita voz. Assim, e acabam cortando quando a gente está falando, então isso me incomoda um pouco, mas já vi isso acontecer. Já sofri isso ao longo do trabalho (Hannah Arendt).

Outra docente também aponta a dificuldade em falar nas reuniões, além de trazer o fato de que os editais não veem a subjetividade dos sujeitos participantes ou singularidades próprias do trabalho feminino:

(...) nas questões que se referem, apoio à participação, você tendo os resultados qualificados, isso facilita, principalmente, em editais que se leva em consideração fatores qualificados. Então, não tem diferenciação. O grande problema é naquelas situações em que resida há subjetividade na avaliação. Mas, em situações em que, por exemplo, em situações de editais, em situações em que se leva em conta fatores qualitativos, fatores mesmo quantitativos, relacionados a produção. Aí eu acho que... como os requisitos são claros, aí não tem diferenciação nesses fatores, não é? Nos cargos gerenciais, eu acho que ainda continua tendo problema (...). Então, acho que o *Maninterrupting*, que se usa muito. E o *mansplaining*. Então, frequentemente, uma ideia que eu dei, ela é repetida minutos seguintes por um homem e parece que tem mais valor (Marie Curie).

As experiências das trajetórias das docentes relatadas perpassam por certas realidades muito bem percebidas por elas ainda com saberes conceituais de tais posturas como o *maninterrupting* e *mansplaining*. Tais conceitos são relacionados com o machismo discursivo, sendo uma forma de “reprodução e perpetuação da dominação masculina” por meio de discursos com representações simbólicas sobre a sociedade (Barros, 2019).

Estas posturas continuam a ser expostas quando perguntadas sobre as singularidades de algumas áreas, principalmente relacionadas às Hard Sciences.

(...) já senti preconceito e discriminação por ser mulher, por ser jovem também, antigamente. Já fui interrompida em reuniões e a questão do assédio (...) (Lélia Gonzalez).

No contexto de reuniões no âmbito da pós-graduação, uma pesquisadora aponta que consegue se pronunciar, por ter uma carreira reconhecida com prêmios, como ela diz:

Como eu participei de muitas reuniões na ONU, eu vejo a diferença das pessoas escutarem você. Então você se pronuncia, você tem a sua posição, a sua voz sendo considerada. Assim você pode até perder, mas você tem oportunidade” (Hannah Arendt).

Tal situação nos chama atenção pela necessidade de haver um reconhecimento intenso pelas pesquisas realizadas para conseguir ter um espaço de fala durante discussões em espaços institucionais. Diante de tais situações, uma das docentes traz um ponto relevante para a tentativa da construção de ambientes mais seguros para se trabalhar:

Agora vai ter uma comissão na universidade que vai estar observando essas questões, sabe? Das bolsistas e os seus orientadores e orientadoras. Para protegê-las dessas situações (Conceição Evaristo).

Por fim, uma pergunta que a entrevistadora traz é saber quais elementos as docentes consideram importantes de serem problematizados no contexto universitário. Posto isto, o termo mais utilizado foi a persistência:

Eu sou bastante persistente. É, eu gosto muito de fazer pesquisa, não é? E eu sou muito comprometida (Hildegard).

Tal elemento é importante de se destacar, especialmente para analisar as trajetórias destas mulheres pesquisadoras e como isso impacta em suas realidades quando são chamadas a serem responsáveis por várias atividades desenvolvidas no âmbito familiar e acadêmico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De antemão, destaca-se que a presente dissertação objetivou analisar as vivências e narrativas de docentes pesquisadoras no contexto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba – PR. De tal modo, os temas Trabalho e Ciência estavam enraizados no objetivo proposto. Ressalta-se que as análises temáticas não se esgotam neste presente trabalho, como também é impossível discutir todos elementos com os seus fundamentos históricos, teórico-metodológicos sobre trabalho e ciência na perspectiva de mulheres pesquisadoras. Assim, as ancoragens teóricas-metodológicas utilizadas aqui proporcionaram terrenos férteis para as análises realizadas.

No processo da dissertação, em um primeiro momento, tentou-se resgatar historicamente a relação das mulheres com a categoria trabalho após a Revolução Industrial sendo que este fenômeno trouxe mudanças na estrutura social e econômica. As mulheres enfrentaram a necessidade de trabalhar nas indústrias e, ao mesmo tempo, eram pressionadas a serem responsáveis pelas atividades domésticas. As atribuições e as divisões de tarefas socialmente construídas fizeram surgir, a partir da década de 1970, as teorias da Divisão Sexual do Trabalho, que buscou estudar as tarefas atribuídas entre homens e mulheres na sociedade.

Outro tema que faz parte desta dissertação é a ciência, sendo que foram discutidas as resistências das cientistas ante aspectos como a estrutura do patriarcado arraigada ao contexto científico. Destaca-se que, no Brasil, há perspectiva distinta da Europa por processos de colonização e da Lei Geral do Ensino de 1827, que permitia às meninas estudarem, no entanto, com disciplinas distintas às dos meninos, disciplinas estas voltadas para uma personalidade que a sociedade criou, recatada e do lar.

Tais estereótipos trouxeram grandes dificuldades na inserção das mulheres na ciência nas áreas de exatas e tecnológicas no Brasil. De tal modo que os alunos e professores de cursos destas áreas eram predominantemente homens e estavam presentes, inclusive, nas primeiras instituições de gênese das universidades especializadas. Para tanto, foram estabelecidas categorias específicas de análise. A primeira categoria investigou as trajetórias de inserção no *Stricto Sensu*. Diante dessa categoria, analisou-se dois elementos, sendo a trajetória e inserção no

contexto da pesquisa e as perspectivas delas sobre a ciência. O primeiro elemento demonstrou que, desde do início das suas trajetórias até em suas inserções na pesquisa, a família e os professores foram importantes redes de apoio de modo a direcioná-las e apoiá-las em suas decisões. Ainda, elas reafirmavam a todo momento a importância destes familiares como rede de apoio durante a trajetória e a inserção delas nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu. Ainda se destacou o início de suas trajetórias no Magistério e Cursos Técnicos. De tal modo, algumas docentes, anteriormente inseridas nos cursos técnicos na Escola Técnica da atual UTFPR, retornaram como professoras depois de concluírem suas formações.

O segundo aspecto analisado nesta categoria foi a visão das docentes sobre a ciência. Observa-se um otimismo por parte delas em relação à participação das mulheres na ciência. No entanto, reconhecem a persistência da divisão sexual do trabalho, bem como a existência de preconceitos e aspectos sexistas em suas áreas profissionais, além do contexto mais amplo do sistema nacional de Pós-Graduação.

Ainda sobre as perspectivas delas sobre a ciência, as docentes apontam a falta de apoio do sistema, tendo em vista quando ocorrem discursos e atitudes hierarquizantes no cotidiano do trabalho. Elas ainda relataram a falta de editais com um viés singular para o trabalho das mulheres, pois, de acordo com as docentes, os editais são objetivos e não existem critérios singulares. Do mesmo modo, apontam a falta de representatividade na Política de Ciência e Tecnologia que consiga ter um olhar singular das demandas socialmente designadas para as mulheres. Por fim, vale destacar que, durante a entrevista, houve uma pergunta sobre as egressas, sendo que as docentes demonstraram momentos de reflexão para responder se havia algo singular. Quando responderam, percebia-se, pelas feições delas, a felicidade em saber que suas alunas estavam seguindo a trajetória acadêmica, tendo sucessos em empresas renomadas ou até mesmo inseridas em suas áreas fora do país. As docentes apontaram que sempre tentavam ter uma relação de compreensão com alunas, alunos, orientandos e orientandas.

A segunda categoria de análise consistia em saber das vivências no contexto da pós-graduação brasileira e as relações entre vida pessoal e trabalho. O primeiro elemento desta categoria era sobre o exercício profissional e experiências em cargos de direção e coordenação. Tais perguntas orientaram ao conhecimento

das realidades das sobrecargas de funções que as docentes possuem, as atividades como líderes de grupos de pesquisa, orientações, participação em bancas, aulas na graduação e pós-graduação. Estas vastas jornadas fazem com que elas não produzam da forma que gostariam, pois, além destas atividades, elas possuem as atividades da vida pessoal, sendo que as principais dificuldades que elas enfrentam consistem em conciliar as várias funções.

Outro elemento que se destaca nesta categoria é em relação ao trabalho e vida familiar. Nota-se que as docentes abdicaram de oportunidades de trabalho e estudo por questões de família. Diante desta categoria percebe-se a pressão que as mulheres possuem diante da própria família, por ser apontadas como responsáveis pelo cuidado. Ainda se destaca os conflitos com os filhos, a saudades das crianças pela falta da mãe, por estar inserida muitas horas no trabalho.

Por fim, um último elemento presente no instrumento de coleta de dados é a interação e o apoio do sistema que estrutura a pós-graduação no Brasil. Durante a entrevista, elas demonstraram a falta de apoio tanto no contexto da organização do processo de trabalho quanto da perspectiva dos processos de financiamento e avaliação. Chama atenção o fato de que uma das entrevistadas percebe essa realidade e compreende que sua capacidade de se posicionar durante reuniões é viabilizada apenas por ser uma cientista reconhecida pelas produções científicas, ganhos de prêmios e pela internacionalização de sua carreira. Esse aspecto aborda uma característica significativa dos perfis das pesquisadoras, e a maioria delas destacou a persistência como um elemento fundamental para sustentar suas trajetórias e experiências no campo da pesquisa e da Pós-Graduação.

Deste modo, ao examinar as trajetórias das docentes desde suas origens até suas inserções como pesquisadoras, notam-se enfrentamentos de barreiras desde o início de suas carreiras até os dias atuais, pressupondo que a persistência das docentes foi o que fez com que elas continuassem suas trajetórias na ciência. Assim, torna-se evidente a necessidade de implementação de políticas públicas nas universidades com uma abordagem de gênero. Isso permitiria que as docentes e discentes desfrutassem do direito de participar de um ambiente acolhedor, que reconheça a importância da construção de uma sociedade pautada pela equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/up000028.pdf>

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. Brasília, 2019.

ASSUNÇÃO, D. Sobre Reivindicação dos direitos da mulher. In: M. WOLLSTONECRAFT. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno. tradução de Waltensir Dutra**. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN. L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa- Portugal. Edições 70, 1977.
BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002.

BARROS, Antônio Teixeira de; BUSANELLO, Elisabete. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, p. e53771, 2019.

BELLO, Alessandro; ESTÉBANEZ, Maria Elina. **Uma equação desequilibrada: aumentara participação das mulheres na STEM na LAC**. Escritório da UNESCO em Montevidéu, 2019.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, p. 125-156, 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma Introdução Ao Estudo De Psicologia**. 2001.

BOLZANI, Vanderlan da Silva. Mulheres na ciência: por que ainda somos tão poucas? **Cienc. Cult. [online]**. 2017, v. 69, n. 4, p.56-59. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000400017>.

BORSATTO, J. M. **Mulheres No Ensino De Física: Percepções E Práticas Docentes Sobre Gênero Na Disciplina De Física No Ensino Médio**. (Dissertação de Mestrado). Repositório Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2022. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/27622/1/mulheresensinofisicagenero.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. **História da EPT**. Brasília, MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept#:~:text=Em%201959%2C%20foram%20institu%C3%ADdas%20as,Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%2C%20Cient%C3%ADfica%20e%20Tecnol%C3%B3gica.>

BRASIL. Presidência da República. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. **Marcadas a Ferro** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pensando gênero e ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005, 2006/ Presidência da República. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Autora do artigo: SAITOVITCH, Elisa Baggio. Artigo: Visão Pessoal de uma Física Latino-Americana

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CAPES. Portaria nº 45, de 7 de março de 2022. **Catálogo de Normas e Atos Administrativos**. Publicado em 08 de março de 2022.

CAPES. CAPES contribui para participação da mulher na ciência. **.Gov**. Brasília, fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-contribui-para-participacao-da-mulher-na-ciencia#:~:text=Ai%C3%A9m%20de%20serem%20a%20maioria,doutorado%2C%20195%20mil%20s%C3%A3o%20mulheres.>

CHAGAS, Catarina. **Artigo aborda a maternidade em duas publicações da década de 20**. Agência FIOCRUZ de notícias. Publicado em 08/08/2008. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/artigo-aborda-a-maternidade-em-duas-publica%C3%A7%C3%B5es-da-d%C3%A9cada-de-20.>

CRESWELL, J. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil** [livro eletrônico] / Mirla Cisne. – São Paulo: Cortez, 2015.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 26. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. **Bruzas, parteiras e enfermeiras: Uma história de curandeiras femininas**. The Feminist, 1973

FARIA, José Henrique de. **Introdução à epistemologia: dimensões do ato epistemológico** / José Henrique de Faria. – 1. Ed. – Jundiaí [SP]: Paco, 2022

FERNANDES, Fernanda. A história da educação feminina. MULTIRIO. 07 março 2019. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina>.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, L. B. DE; LUZ, N. S. DA. Gênero, Ciência e Tecnologia: estado da arte a partir de periódicos de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 49, 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995
HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 1-7, 2010.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social [online]**. 2014, v. 26, n. 1, pp. 61-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>>. Epub 30 Jul 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, set. 2007.

IBGE. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.38, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>.

IBGE. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2023. **Indicadores IBGE**. ABR.-JUN. 2023.

KERGOAT, Daniéle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 67–75 (em inglês)

KOVALESKI, Nadia Veronique Jourda. **Relações de gênero entre docentes dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e da Universidade Tecnológica de Compiègne (UTC-França): um estudo comparativo das carreiras de homens e mulheres**. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

KOVALESKI, N. V. J.; TORTATO, C. S. B.; DE CARVALHO, M. G. As relações de gênero na história das ciências: a participação feminina no progresso científico e tecnológico (Gender relations in the history of science: The women's participation in the scientific and technological progress). **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil.,

v. 13, n. 3, p. 9–26, 2014. Disponível em:
<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/5047>.

KOVALESKI, Nádya Veronique Jourda. CARVALHO, Marília Gomes de.
Entrelaçando gênero e diversidade: matizes da divisão sexual no trabalho.
 LUZ, Nanci Stancki da; CASAGRANDE, Lindamir Salette (Org.). Curitiba: UTFPR
 Editora, 2016.

Lerner, Gerda. **The Creation of Feminist Consciousness: From the Middle Ages to Eighteen-Seventy.** New York: Oxford University Press, 1993.

LINO, Tayane Rogéria; MAYORGA, Cláudia. MULHERES, CIÊNCIA E A ESCRITA DE SI: desafios epistemológicos da enunciação de mulheres na ciência contemporânea. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 9, n. 18, 2017.

MEMÓRIA UTFPR. Sala de aula do 3º ano da Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná. **Facebook**: Memória UTFPR. 2012.

MELO, H. P; RODRIGUES, L. Pioneiras da ciência no Brasil: uma história contada doze anos depois. **Ciência e Cultura**. v. 7, n. 3. São Paulo. 2018

MARTINS, Thaís Cavalcante. FRANÇA, Roberta Kelly. Elas na Universidade [parte 2]: Participação das Mulheres nos Programas de Pós-Graduação no Brasil. **Sou Ciência-UNIFESP**. Publicado em: 25 de fevereiro de 2022.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MERRIAN, Sharan B. **Qualitative research: a guide to design and implementation** / Sharan B. Merriam. San Francisco-2009.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; CONSTANTINO, P.; ASSIS, S. G. (org.). **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 21-42.

MIRANDA, Líliliana Carneiro de. **A percepção da mulher no mercado de trabalho: emprego, carreira ou vocação** / Líliliana Carneiro e Miranda -. Rio de Janeiro: Faculdades Ibmecc. 2006.

MUZI, Joyce Luciane Correia. De Escola De Aprendizizes À Universidade Tecnológica: Desvelando A Participação Das Mulheres Na História De Uma Instituição De Educação Profissional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.41, p. 285-285, mar 2011.

MUZI, Joyce Luciane Correia; LUZ, Nanci Stancki da. **DESVELANDO A HISTÓRIA DAS MULHERES NA UTFPR**, 2010.

MUNDO, Transformando Nosso. Agenda 2030 para o Desenvolvimento

Sustentável. **Transformando Nosso Mundo**, v. 15, p. 24, 2016.

NASCIMENTO, Fernanda Sardelich et al. Saúde, home office e trabalho docente: construção compartilhada de estratégias de sobrevivência em tempos de pandemia. **REVISTA DO NUFEN: PHENOMENOLOGY AND INTERDISCIPLINARITY**, v. 13, n. 2, 2021.

NERY, C.; BRITTO, V. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência IBGE Notícias**. Ago, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas / organizador: Tânia Mara Campos de Almeida, Valeska Zanella - Brasília: OAB Editora, 2022.

PARENT IN SCIENCE. **As Bolsas de Produtividade em Pesquisa: uma Análise do Movimento Parent in Science**. Porto Alegre: Parent in Science, 2023. Disponível em: www.parentinscience.com/documentos

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil: 1890-1930/Luzia Margareth Rago. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança NacionalLGBTI / GayLatino, 2018.

RED INDICES. Panorama De La Educación Superior En Iberoamérica A Través De Los Indicadores De La. **Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad (OCTS)**. República Argentina. nº2, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAINI, Angela. **Inferior é o Caralho**. Angela Saini: tradução de Giovanna Louise Libralon. – Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2018.

SAITOVITCH, Elisa Baggio. **Visão Pessoal de uma Física Latino-Americana**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas, 2006.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Fabiane Ferreira da. **Mulheres na ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias**. Rio. Grande: FURG, 2012.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 20, p. 449-466, 2014.

SOUZA, Daniele Graciane de; MEIRELLES, Gisele Ávila Leal de; LIMA, Silvia Maria Amorim. **Produção capitalista e fundamento do Serviço Social (1951-1970)**. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016.

STANCKI, Nanci. Divisão sexual do trabalho: a sua constante reprodução. Paper apresentado no I Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia, 2003.

STEM. Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). – Brasília: **UNESCO**, 2018.

TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, mas a classe nos divide**. Sundermann, 2008.

TORTATO, C. de S. B. CASAGRANDE. Lindamir Saete. Silenciadas e invisíveis: relações de gênero no cotidiano das aulas de matemática. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2017. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30365>.

UNESCO. **Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)**. – Brasília: UNESCO, 2018.

UTFPR. Fachada do Campus Curitiba. **Portal UTFPR**. 2020. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/noticias/geral/conselho-universitario-discute-condicoes-para-retorno-as-atividades-presenciais-no-dia-11/fachada-do-campus-curitiba.jpg/view>

UTFPR. UTFPR comemora 12 anos de transformação. **Notícia UTFPR.edu**. Curitiba, out. 2017. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/noticias/geral/utfpr-comemora-12-anos-de-transformacao>

UTFPR. UTFPR: **uma história de 100 anos** / José Carlos Corrêa Leite [org.]. — 1. ed. Curitiba:Ed. UTFPR, 2010.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil (Org.) **Nova História das Mulheres no Paraná** [recurso eletrônico] / Georgiane Garabely Heil Vázquez (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

VELHO, L.; LÉON, E. A Construção Social Da Produção Científica Por Mulheres. **Cadernos Pagu**, 10. 1998: pp.309-344.

VELHO, L.; LÉON, E. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, 10, 309–344. 2012. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4631474>.

VYGOTSKY, Lev Semenovich, 1896-1934 V741L. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**/ Lev Semenovich Vigotskii, Alexander Romanovich Luria, Alex N. Leontiev; tradução de: Maria da Pena Villalobos. - 11a edição - São Paulo: ícone, 2010.

ZETKIN, Clara. **Discurso no Congresso do Partido Social Democrata da Alemanha, Gotha**, 16 de outubro de 1896. Berlim. Escritos Seleccionados: ed. por Philip Foner, trad. por Kai Schoenhals, International Publishers, 1984. Transcrito: para marxists.org em agosto de 2002.

WESTIN, Ricardo. **Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos**. Edição 65 Educação. Fonte: Agência Senado. Publicado em 02 de março de 2020.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista Semiestruturada

1) AS TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO NO STRICTO SENSU

A) Trajetória e Inserção no Contexto da Pesquisa

1) Conte sobre sua trajetória profissional... Por que a escolha por esta profissão?

2) Como se deu a escolha da profissão? Houve incentivo: pais, professores(as),

artefatos culturais (tais como brinquedo, televisão, livros...)?

3) Alguma vez pensou em outra área?

4) Em algum momento você pensou em desistir? Quais foram as dificuldades

encontradas?

5) Já exerceu algum cargo de liderança ou chefia (chefe de departamento, líder de área, coordenação de programa...)? Como foi? Ou Por que não?

B) Perspectiva sobre Ciência

1) Qual é a perspectiva que você tem sobre ser cientista?

2) Como vê a inserção das mulheres no campo da Ciência? Por que tão lentamente as mulheres se inserem no campo da Ciência? Há áreas tipicamente femininas? Por quê?

3) Faz alguma diferença a maioria dos cargos das pessoas que fazem a política de C&T serem ocupados por homens?

4) Considerando sua atuação como pesquisadora, como verifica a distribuição de recursos (bolsas, projetos financiados, bolsas produtividades), verifica alguma singularidade em relação ao trabalho feminino na ciência?

5) Há distinções na forma pelas quais as mulheres fazem ciência? E no caso da organização da pós-graduação brasileira, como você percebe a relação com o trabalho feminino no âmbito da ciência?

6) Em sua atuação como mulher pesquisadora, verifica alguma situação singular no processo de orientação de pesquisa e de apoio na trajetória de pesquisadoras egressas?

2) VIVÊNCIAS NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA E AS RELAÇÕES ENTRE VIDA PESSOAL E TRABALHO.

C) Exercício profissional e experiência em cargos de direção/coordenação

- 1) Você faz parte ou lidera algum grupo de pesquisa?
- 2) Possui bolsa de pesquisa (ARAUCÁRIA, CNPq, CAPES...)?
- 3) Você orienta? Quantos alunos(as)?
- 4) Como se dá a sua produção científica?

D) Trabalho e vida familiar

1) Já pensou em ter uma experiência acadêmica fora do Brasil? Se já, como foi o processo de saída para estudar/pesquisar no exterior?

2) Quais as principais dificuldades enfrentadas na sua vida profissional motivadas pela sua vida pessoal?

3) Como foi/é conciliar a família/vida pessoal e o trabalho? Já recusou algum cargo ou outra oportunidade de trabalho (como trabalhar em outra universidade ou estudar no exterior) por dificuldades em conciliar família e trabalho?

4) Houve algum tipo de conflito com familiares ou filhos(as) por dedicar-se muito ao trabalho? Ex.: viajar muito, passar muito tempo lendo no computador ou no ambiente de pesquisa.

E) Interação com o sistema da pós-graduação brasileira

- 1) Quais as dificuldades encontradas no exercício da profissão?
- 2) Como percebe a interação entre os colegas no ambiente de trabalho?
- 3) Como verificar a organização do trabalho e o apoio institucional/sistema de pós-graduação no contexto do trabalho realizado pelas mulheres na pesquisa?

4) Considerando as singularidades da universidade, verifica alguma situação de enfrentamento de barreiras, preconceito pelo fato de ser mulher pesquisadora? Ou em outros espaços de atuação?

**APÊNDICE B – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO A SER
UTILIZADO NO ESTUDO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) / TERMO DE
CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ
(TCUISV)**

Título da Pesquisa: TRABALHO E CIÊNCIA PARA ALÉM DO CURRÍCULO LATTES: vivências e narrativas de docentes pesquisadoras no contexto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Curitiba-Pr.

Pesquisador(es/as) ou outro (a) profissional responsável pela pesquisa, com Endereços e Telefones:

Orientadora: Professora Dr^a Giovana Pezarico. Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165 - Rebouças, Curitiba - PR, 80230-901. Telefone: (41) 33104545.

Orientanda: Claudiane Ribeiro. Endereço: Avenida Vidal Ramos, nº502, casa 04. Telefone: (41) 33104545.

Local de realização da pesquisa: UTFPR - Câmpus Centro.

Endereço, telefone do local: Av. Sete de Setembro, 3165 - Rebouças, Curitiba - PR, 80230-901.

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE:

1. Apresentação da pesquisa.

Você está sendo convidada para participar de uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Curitiba-PR. A pesquisa busca analisar as vivências e narrativas de docentes pesquisadoras na atuação de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UTFPR-Campus Curitiba, a partir dos diálogos entre Trabalho e Ciência. Compreende-se que as docentes presentes na universidade percorrem um caminho com atribuições trabalhistas constituídas socialmente, historicamente e culturalmente, que são as várias jornadas de trabalho, tanto o trabalho formal, como o doméstico e o cuidado para os filhos (as) e familiares. Deste modo, a designação de várias atividades pode repercutir em dinâmicas oportunas de investigação, e que dialogam com aspectos relacionados às condições de trabalho,

saúde física e mental, que por vezes são naturalizadas no bojo da sociedade contemporânea.

O termo que você está lendo é uma exigência da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). Este termo existe para assegurar-lhe participação autônoma, consciente, livre e esclarecida. A resolução propõe que toda pesquisa envolvendo seres humanos, direta ou indiretamente, deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa. De acordo com a Resolução CNS nº 466 de 2012, é dever dos pesquisadores de exercer ética no decorrer da pesquisa, zelando pelo respeito ao participante e preservação de sua dignidade e autonomia, prevalecendo suas vontades de participar da pesquisa e contribuir com as temáticas apresentadas ou de abster sua participação mediante manifestação expressa, livre e esclarecida. Para cumprimento destas obrigações, a pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

2. Objetivos da pesquisa.

Objetivo Geral:

-Analisar vivências e narrativas de docentes pesquisadoras na atuação de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UTFPR-Campus Curitiba, a partir dos diálogos entre trabalho e ciência.

Objetivos Específicos:

- Caracterizar o perfil das docentes pesquisadoras inseridas nos Programas de

Pós-Graduação Stricto Sensu, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR-Campus Curitiba.

- Identificar os processos de vinculação e trajetórias das docentes pesquisadoras nos programas de Pós-Graduação da UTFPR-Campus Curitiba.

-Compreender as vivências e narrativas das docentes pesquisadoras da UTFPR a partir das dinâmicas estabelecidas pela organização contemporânea da pós-graduação brasileira.

3. Participação na pesquisa.

Serão convidadas a participar do estudo 16 docentes pesquisadoras dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba. Ainda, pretende considerar também como critério de inclusão aquelas com vínculo no Programa com pelo menos de 4 anos, assim, fazendo parte de ao menos um ciclo avaliativo quadrienal completo, tendo em vista os processos de avaliação da Pós-Graduação brasileira e potenciais pressões relativas à problemática que se engendra.

A entrevista será realizada de modo presencial, em até 60 minutos, podendo se estender diante do interesse da entrevistada. Durante as entrevistas poderão ocorrer gravações de áudio que serão salvas em dispositivo local (computador do pesquisador) de modo a garantir maior segurança dos dados, evitando armazenamento em nuvem. Além disso, não existem respostas corretas ou incorretas e você poderá interromper a sua participação a qualquer momento. Os relatos serão transcritos em forma de texto na primeira pessoa sem o uso de software específico.

4. Confidencialidade.

O conteúdo do diálogo e sua transcrição são confidenciais, sendo que o roteiro com o nome será identificado por outro fictício. Somente a pesquisadora terá acesso ao nome correspondente a cada substituído, permanecendo assim a segurança das informações prestadas. Esta pesquisa atende às normas da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do CNS, garantindo sigilo acerca dos dados produzidos por esta pesquisa.

5. Riscos e Benefícios.

5a) Riscos: Os riscos presentes nesta pesquisa relacionam-se com a existência de possibilidades ao conceder a entrevista, e do desconforto com a gravação, por compreender que as perguntas realizadas tem um viés subjetivo. Tendo em vista os riscos, é primordial o pesquisador garantir a segurança do entrevistado e reduzir os riscos. Para tanto, os pesquisadores seguirão as

recomendações da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do CNS. Desta forma, de forma a mitigar os riscos, os objetivos do estudo serão apresentados aos entrevistados, bem como, ressaltados os aspectos de que poderá optar por não responder as perguntas que desejar ou ainda interromper a entrevista a qualquer momento. A gravação de áudio salvo em dispositivo local (computador do pesquisador) de modo a garantir maior segurança dos dados, evitando armazenamento em nuvem.

5b) Benefícios: Em um primeiro momento é importante compreender como as docentes se sentem no meio acadêmico, sendo um espaço de relações de poder-saber, em especial em uma universidade singular, sendo a única tecnológica do Brasil, com cursos dominados historicamente por público masculino, mas com mulheres gradativamente ocupando esses espaços, além delas terem que consonar com o trabalho doméstico e maternal. Deste modo, analisar as vivências e as narrativas das docentes em espaços como estes, auxiliam a compreender as demandas designadas socialmente e historicamente pelas mulheres, que vai além do que está exposto no Currículo Lattes. É importante estudar essas relações de trabalho, com intuito de não naturalizar as tarefas e manifestar a necessidade de políticas públicas consistentes de modo a garantir condições para a atuação das mulheres no contexto da produção do conhecimento científico.

Além disso, os benefícios para as participantes dizem respeito aos espaços de fala e escuta das mulheres em relação às suas vivências e aos diálogos mantidos que poderão auxiliar nas questões relacionadas às suas inserções no mercado de trabalho, havendo um espaço de reflexão crítica sobre aquela realidade material.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão:

- Mulheres maiores de 18 anos.
- Docentes permanentes, pesquisadoras dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- Campus Curitiba, com vínculo no Programa Stricto Sensu com pelo menos 4 anos.

6b) Exclusão:

- Docentes em férias.
- Docentes em situação de afastamento por qualquer natureza.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

As entrevistadas têm o direito de deixar este estudo a qualquer momento, bem como de receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa. Possui liberdade para recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem penalização.

Podendo assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

() quero receber os resultados da pesquisa (e-mail para envio: _____)

() não quero receber os resultados da pesquisa

8. Ressarcimento e indenização.

Não haverá despesas pessoais ou compensações financeiras em decorrência de sua participação nesta pesquisa. Vale ressaltar que, entretanto, você possui direito de requerer indenização em razão de qualquer dano que venha a sofrer.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR).
Endereço: Avenida Brasil, 4232, bloco C. Medianeira-PR, **Telefone:** (45)3264-8056, **e-mail:** coep-md@utfpr.edu.br.

B) CONSENTIMENTO PARA USO DE SOM E IMAGEM:

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação na pesquisa. Declaro ainda, que compreendi o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Permito que a pesquisadora obtenha informações a meu respeito por meio de entrevista, cujo áudio será gravado, transcrito e transformado em narrativa em primeira pessoa, para fins de pesquisa científica/educacional. Estou consciente de que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo e que, permanecendo na pesquisa não serei identificada pelo nome ou qualquer outra forma.

Nome Completo:

RG: _____ Data de nascimento: ___/___/_____

Telefone: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____ Data: ___/___/2023.

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicando seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Nome Completo:

Assinatura pesquisador (a)/(ou seu representante):

Data: ___/___/2023.

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, basta entrar em contato com Claudiane Ribeiro, via e-mail: claudianeribeiro2211@gmail.com ou telefone: (41)3310-4524.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos para denúncia, recurso ou reclamações do participante pesquisado: Comitê de Ética em

Pesquisa que envolve seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR) **Endereço:** Avenida Brasil, 4232, bloco C. Medianeira-PR, **Telefone:** (45)3264-8056, **e-mail:** coep-md@utfpr.edu.br.